



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CAMPUS DO SERTÃO**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO**



**THIEGO DA SILVA BARROS**

**ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE  
A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA OPERÁRIA.**

**DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS**  
**AGOSTO/2018**

**THIEGO DA SILVA BARROS**

**ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR SOBRE  
A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA OPERÁRIA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Especialização em Educação no Semiárido da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão como pré-requisito para obtenção do grau de especialista, sob a orientação do Prof. Doutorando Gustavo Manoel da Silva Gomes.

Delmiro Gouveia (Alagoas)

Agosto/2018

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

B277e Barros, Thiego da Silva

Ensino de história e educação patrimonial : um olhar sobre a centenária Igreja da Vila Operária / Thiego da Silva Barros. – 2018.

68 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Gustavo Manoel da Silva Gomes.  
Monografia (Especialização em Educação no Semiárido) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2018.

1. Educação. 2. Educação patrimonial. 3. História de Alagoas.  
4. Delmiro Gouveia. I. Título.

CDU: 37:981.35

**CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO SEMIÁRIDO**

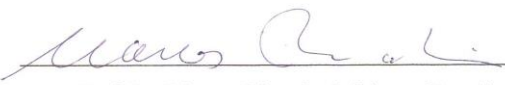
**ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM OLHAR  
SOBRE A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA OPERÁRIA**

THIEGO DA SILVA BARROS

Monografia submetida à banca examinadora no Curso de Especialização em *Educação no Semiárido* da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão/Delmiro Gouveia/AL e aprovada no dia 31 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

  
Prof. Msc. Gustavo Manoel da Silva Gomes – Orientador

  
Prof. Dr. Marcos Ricardo de Lima – Examinador 1

  
Profª Msc. Sergiana Vieira dos Santos – Examinadora 2

### **Dedicatória:**

À minha mãe Maria Helena da Silva (in memoriam) por tudo que representou e representa em minha vida. Suas histórias de vida foram minha fonte de saber em todos os momentos de minha existência.

À minha irmã Ione da Silva Barros por sua presença edificante em minha vida.

Ao meu sobrinho Wesley Victório Barros Torres por ser a alegria da minha vida e me fazer sonhar com dias melhores.

A todos os que contribuíram de modo direto ou indireto para a realização deste trabalho, em especial, os moradores da vila operária.

## **AGRADECIMENTOS**

Palavras são sempre limitadas para expressar sentimentos, pouco oferecendo sobre o que está no coração. Recebi como dádivas todas as ajudas que tive durante o curso desta especialização e sobretudo, até a elaboração deste texto.

Minha imorredoura gratidão ao meu estimado orientador, o Professor Doutorando Gustavo Manoel da Silva Gomes, agradeço a orientação zelosa, a amizade construída e o direcionamento dado para o meu crescimento acadêmico, bem como a construção do meu olhar crítico como profissional da história. Seu rigor e exigências contribuíram para enriquecer minha formação pessoal e profissional.

A minha amada mãe Maria Helena da Silva (in memoriam) que sempre foi minha grande incentivadora, erguendo-me nas horas difíceis, sua garra foi à mola propulsora para a conclusão de mais uma etapa, das muitas que ainda estarão por vir.

A minha irmã, Ione da Silva Barros e meu sobrinho Wesley Victório Barros Torres, meu muito obrigado por fazer da minha existência uma dimensão de alegria, vocês muito me ajudam a persistir na caminhada. O companheirismo e o carinho de vocês sempre me fizeram lutar e resistir em meio às adversidades sem medo de vencer.

Ao meu querido (Padrinho) Padre José Aparecido da Silva, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca (Alagoas) meu muito obrigado por tudo que fez e faz por mim, por sempre me incentivar a lutar, perseverar e jamais desistir da caminhada. Ao meu amigo, o Padre Adalto Alves Vieira, pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Delmiro Gouveia (Alagoas), obrigado pela amizade construída, obrigado pelo incentivo e pelas orientações no dia a dia.

A minha amada noiva, companheira do dia a dia, Marta Maria Norberto Pereira, meu muito obrigado por tudo, pelo companheirismo, carinho, atenção, respeito e, principalmente, por sua presença em minha vida. Agradeço imensamente a relação construída que muito tem me ajudado a crescer.

A todos os amigos e amigas, os de longe e os de perto, meu muito obrigado pelos ensinamentos e pela presença edificante em minha vida. Amo a todos imensamente, obrigado por tudo, vocês são a maior presença de Deus em minha existência.

Aos professores da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, da Especialização em Educação no Semiárido, meu muito obrigado, vocês me ajudaram a perceber as múltiplas possibilidades de entender a história humana, de pensar a relação e

convivência com o semiárido e principalmente de eliminar estereótipos acerca dessa região, além de terem sido expressões fortes em minha formação acadêmica.

A banca examinadora, por ter aceito o convite de fazer parte deste momento reflexivo e troca de experiências e análise deste trabalho. A vocês, desde já muito obrigado.

Aos meus colegas e amigos de turma, meu muito obrigado, por todos os momentos vividos, pelas alegrias, pelas risadas, resenhas e amizades construídas, ter vocês ao longo desses dois anos foram para mim muito positivo, aprendi com cada um de vocês. As noites tornaram-se muito alegres, divertidas e cheias de aprendizados. A partir de agora seguiremos caminhos diferentes, mas saibam que estão todos guardados em meu coração.

Agradeço a todos que contribuíram de modo direto e indireto para a realização deste trabalho, em especial a cada morador da Vila Operária, os quais em suas histórias de vida muito me ajudaram a crescer e a perseverar.

Por fim, agradeço a Deus, por ser o farol que ilumina minha vida, mostrando-me horizontes e fortalecendo-me na caminhada diária, sem medos e sem desistir.

**RESUMO:**

O presente trabalho visa discutir algumas relações existentes entre o ensino de História, a História Local e a Educação Patrimonial, a fim de compreender a formação da identidade histórica por meio da abordagem do conhecimento histórico em sala de aula, sobretudo, no fortalecimento da identidade local e na dinâmica das práticas sociais. Por isso analisamos, à luz dos referenciais teóricos, acerca das memórias que circundam o espaço no entorno da Centenária Igrejinha da Vila Operária, no sertão alagoano em Delmiro Gouveia. Para além dos teóricos utilizados, o trabalho faz uso também das discussões elencadas pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que já apresentam a necessidade de construirmos um ensino de História que esteja em sintonia com a História Local para o desenvolvimento da identidade individual e coletiva, sem deixar de lado a discussão suscitada pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) -9394/96, bem como os reflexos dos impactos da implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) para o ensino de História e sua inserção na discussão da História Local, e ao final, propomos um projeto pedagógico, que possibilite a análise dessa dinâmica histórica e social existente na cidade de Delmiro Gouveia no entorno da Igrejinha da Vila.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial, Delmiro Gouveia, Igrejinha da Vila.

**ABSTRACT**

The present work aims to discussing some existing relationships between History teaching and History and Patrimonial local Education, in order to understand the formation of historical identity through the approach of historical knowledge in the classroom, above all, in the strengthening of local identity and the dynamics of social practices. For this reason, we analyze, in the light of the theoretical references used, the memories that surround the space around the Centenary Church of Working Village. In addition to the theorists used, the work also makes use of the discussions listed by the PCNs (National Curriculum Parameters) that already present the need to construct a History teaching that is in tune with local History for the development of individual and collective identity, without to leave aside the discussion raised by the LDBEN (Law on the Guidelines and Bases of National Education) -9394/96, as well as reflect the impacts of the BNCC (National Curricular National Base) for History teaching, based on the discussion of Local History, and thus we propose a pedagogical project, that allows the analysis of this historical and social dynamics existing in the city of Delmiro Gouveia in the surroundings of the Village little church.

**KEYWORDS:** Patrimonial Education, Delmiro Gouveia, Igrejinha da Vila



## Sumário

INTRODUÇÃO:.....	10
DEFINIÇÕES E POSICIONAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: um exercício intelectual e político.....	14
<b>1.1– Memória, Identidade e Educação Patrimonial: repensando o ensino de História.</b> .....	14
<b>1.2– Cultura, História e Ensino: provocações e articulações políticas dos saberes</b> <b>18</b>	
<b>1.3 – História Local, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial: Uma reflexão a acerca do exercício da docência.</b> .....	22
CAPÍTULO 2 .....	30
O PATRIMÔNIO COMO CURRICULARIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades na educação básica .....	30
<b>2.1– O ensino de História na contemporaneidade: as reconfigurações curriculares e os novos questionamentos.</b> .....	30
<b>2.2- Sobre os PCNs de História: as possibilidades pedagógicas do patrimônio cultural nos parâmetros curriculares.</b> .....	35
<b>2.3– História ensinada, Construção do Conhecimento e Educação Patrimonial.</b>	40
CAPÍTULO 3 .....	45
UM OLHAR SOBRE A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA EM DELMIRO GOUVEIA (ALAGOAS): um guia pedagógico em torno do patrimônio local .....	45
<b>3.1 – A polissemia da igreja da Vila: por uma abordagem patrimonial crítica, democrática e significativa</b> .....	45
<b>3.2 - A igreja construída no Distrito de Vila da Pedra: Um breve histórico..</b>	48
<b>3.3 – Exercitando os encontros: uma fonte, a igreja da vila; uma metodologia, a educação patrimonial</b> .....	55
<b>3.4 – “Pedagogizando” um bem patrimonial: sensibilizando o olhar para os usos, sentidos e sentimentos das comunidades delmirenses em torno da igreja da Vila</b> .....	57
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO .....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	66

## **INTRODUÇÃO:**

As discussões sobre o ensino de História em sala de aula, sobretudo, no processo de aprendizagem, neste tempo de mudanças de mentalidades, fazem-se necessárias para uma ressignificação das experiências históricas e das que são construídas conhecimento científico. É nesse contexto que o saber histórico desempenha papel fundamental à medida que une pesquisa e reflexão na dinâmica existente entre o indivíduo, o grupo e o mundo social em que está inserido.

Assim, o referido trabalho é fruto das inquietações do meu cotidiano e experiência escolar, lecionando a disciplina de História no Ensino Fundamental e Médio há cerca de cinco anos, comecei antes do fim da graduação, todavia, a experiência mais reflexiva que vivenciei ocorreu na graduação, nos últimos períodos, após os momentos de estágios supervisionados e a participação no PIBID-História, em que refletimos acerca da prática pedagógica, e no campo da História, do Ensino de História, pude perceber o quanto desafiador era envolver no estudante, no aluno essa compreensão histórica, esse diálogo com o dia a dia, visto que ainda persistia o modo quadripartido do Ensino de História, tão presente nos livros didáticos.

Pouco ou quase se nada se discutia a partir das relações e dinâmicas extraescolares apresentando-se distante dos estudantes, o que muitas vezes causava um certo distanciamento na relação aluno-professor, professor-aluno, muitas vezes pude perceber que as discussões suscitadas, nem sempre faziam um sentido direto com o dia a dia da experiência extraescolar, sobretudo, com as experiências vividas na cidade de Delmiro Gouveia, um dos principais polos do sertão alagoano, alcançando uma significação histórica ainda maior em decorrência da forte presença da industrialização no início do século XX.

Foi nesse sentido que passei a me questionar, sobre como unir a concepção teórica de uma História que leve o estudante a compreender o seu entorno, de modo problematizador, sem perder de vista as discussões que circundam a História Geral, partindo das experiências, análises históricas gerais, sem perder de vista a necessidade de desenvolver um conhecimento que seja problematizador, analítico e reflexivo. Pude perceber a necessidade de se pensar a História a partir da experiência humana, conforme já preconizava a Escola dos Annales, que se tornou um marco diferencial para se pensar

a História, nos dias atuais, em comunhão com a literatura existente, nas discussões sobre memória, identidade, cultura e patrimônio.

A respeito das discussões sobre ensino de história, autores como Katia Maria Abud (2007), nos direcionaram a entender a relação entre a história escolar e o saber acadêmico na sala de aula, além de Maria Auxiliadora Schmidt (2007), Circe Bitencourt (2014), Ricardo Oriá (2004), os quais nos ajudam a entender a importância de se pensar novos caminhos para o ensino de história com um olhar voltado para história local.

Assim, a partir das discussões desenvolvidas na especialização em Educação no Semiárido, passei a me questionar sobre de que forma podemos compreender o Ensino de História a partir das memórias, das experiências, dos relatos existentes, na cidade de Delmiro Gouveia, sobretudo, quando se refere à “Igrejinha da Vila” como é carinhosamente chamada a centenária Capela da paróquia de Na. Sra. do Rosário por muitos delmirenses. Neste ano de 2018, um elemento nos chama a atenção, que é justamente o centenário de construção do primeiro templo católico da comunidade, a “Igrejinha da Vila”. Isso me estimulou a buscar compreender a importância desse espaço, os significados atribuídos a ele, que nos permitam refletir a dinâmica histórica existente na cidade de Delmiro Gouveia, antes denominada de Vila da Pedra, em especial que relações são construídas neste espaço.

Sendo assim, este trabalho, tendo como base diversas pesquisas e a literatura existente, acerca do Ensino de História e a Educação Patrimonial, ao final, buscamos desenvolver uma proposta pedagógica, que dialogue com a literatura existente, e que a partir da utilização, dentro de atividades pedagógicas possa contribuir para melhor conhecer este patrimônio cultural, não apenas em seu aspecto arquitetônico, mas em sua dinâmica histórica, nas relações construídas e nos significados existentes que circundam este espaço, não é uma proposta pedagógica que privilegie o “patrimônio de pedra e cal”, mas toda uma gama de significados que são construídos neste entorno com os sujeitos que circundam este espaço (Martins, 2011, p. 293).

Assim, guiados por esse norte discursivo acerca da educação patrimonial e do ensino de história, faz-se necessário debater essa dinâmica histórica e social do processo de construção da “Igrejinha da Vila”, bem como as relações construídas neste objeto.

Dessa forma, com o intuito de compreender essa prática pedagógica, este trabalho dialoga com os estudos de Geraldo Balduino Horn e Geysa Dongley Germinari (2013), que se debruçam a analisar o ensino de História e seu Currículo procurando compreender

os princípios que norteiam a discussão curricular, e seus reflexos na prática educativa, as discussões suscitadas por Ana Maria Monteiro, Arlette Medeiros Gasparello, Marcelo de Souza Magalhães que com outros estudiosos buscam analisar o ensino de História, sujeitos, saberes e práticas (2004), para tanto buscam refletir as problemáticas que circundam o ensino de História, em sua relação com a História escolar, os desafios que são postos neste trajeto.

Nas discussões sobre memória nos apoiamos nas reflexões trazidas por Maurice Halbwachs (1990), nas reflexões sobre memória coletiva, ao problematiza-la enquanto elemento social e coletivo, Jaques Le Goff (1990), que nos auxilia a pensar sobre as relações entre o vivido e as representações sobre o passado, nesta mesma dinâmica está inserido Joël Candau (2012), na ideia de memória enquanto geradora de identidade.

Assim, compreendemos a memória numa perspectiva de construção coletiva, não como verdade absoluta, mas múltiplas formas de leituras e representações do passado que incidem diretamente na vida social, política, econômica e cultural dos sujeitos dentro do contexto de ação.

Neste percurso, dialogamos também com a Educação Patrimonial, por direcionarmos nosso olhar para a Centenária Igreja da Vila e o espaço da Vila Operária, nossa discussão a partir da proposta da educação patrimonial orienta para a criação de um ambiente favorável que leve os estudantes a construir novos conhecimentos, os quais sejam utilizados na prática cotidiana para que possam agir de modo a envolver-se na dinâmica das relações que são forjadas no contexto em que vivem.

Desta feita, temos como foco a necessidade de construirmos elementos reflexivos que nos auxiliem a desenvolver e ampliar nosso olhar acerca das práticas de ensino de História na contemporaneidade, e assim contribuir significativamente no processo de ensino- aprendizagem em interação com os alunos e com o meio social que estão inseridos, compreendendo assim, a dinâmica existente e fortalecendo a identidade individual e coletiva por meio da inserção do ensino de História Local, na perspectiva da educação patrimonial.

Sendo assim, balizado por essas discussões, o presente texto está estruturado em três capítulos, os quais versam sobre o Ensino de História e Educação Patrimonial: a Centenária Igreja da Vila Operária, perpassando a discussão sobre o Ensino de História, os conceitos de memória, identidade e expondo a proposta pedagógica voltada para a educação patrimonial em Delmiro Gouveia, sertão alagoano.

No **primeiro capítulo**, *DEFINIÇÕES E POSICIONAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: um exercício intelectual e político*, é realizado uma revisão bibliográfica dentro da perspectiva histórica procurando entender de que modo os conceitos memória identidade e educação patrimonial se relacionam no ensino de História, não sendo uma história isenta de configurações, mas que se constrói na teia social do trajeto social e político.

No **segundo capítulo**, denominado *O PATRIMÔNIO COMO CURRICULARIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades na educação básica*, é realizado um estudo acerca das concepções de currículo para o Ensino de História, bem como a forma como a legislação educacional propõe essa discussão, frisando as mudanças propostas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), sendo também este trabalho um esforço intelectual e político, no tocante ao Ensino de História e os desafios enfrentados no processo educativo.

E por fim, no **terceiro capítulo**, denominado *UM OLHAR SOBRE A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA EM DELMIRO GOUVEIA (ALAGOAS): um guia pedagógico em torno do patrimônio local*, é realizado, uma reflexão metodológica voltada para a Educação Patrimonial procurando compreendê-la como uma alternativa no processo do Ensino de História, que possibilite a discussão das experiências sociais, das relações construídas com o espaço, de modo a contribuir para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, de identidade e preservação, pois é nesse trajeto que o ensino de História em diálogo com a educação patrimonial propiciará a reflexão acerca do elemento mencionado, selecionado, de modo a entender as relações que são construídas com o objeto e o seu entorno.

Dessa forma, ao propor a atividade pedagógica, utilizamos em nosso trabalho fotografias, que nos levem a observar a dinâmica das relações construídas neste espaço, e ao fim do capítulo sugerimos algumas questões que podem compor o repertório didático, durante a realização da proposta educacional voltada para a educação patrimonial e o ensino de história.

A pesquisa visa refletir no intuito de somar dados, a partir da proposta didática, voltada para a Educação Patrimonial e a forma como vem se configurando no município de Delmiro Gouveia, sertão alagoano, em tempos que se comemora o centenário de construção da igreja da vila e o entorno da Vila Operária.

## CAPÍTULO 1

### **DEFINIÇÕES E POSICIONAMENTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA: um exercício intelectual e político.**

#### **1.1 – Memória, Identidade e Educação Patrimonial: repensando o ensino de História.**

Pensar o ensino de História na atualidade, é percorrer uma rota do conhecimento crítico em busca das mais diversas concepções acerca da problemática que envolve o processo de ensino-aprendizagem em História, sobretudo, a formação das identidades a partir das relações sociais diretamente envolvidas com a memória dos sujeitos em seus múltiplos aspectos, inseridos diretamente na dinâmica social, ou seja, é perceber que não se trata de uma história isenta de configurações e envolvimento na teia social, mas que antes de mais nada é modelada nesse trajeto que é também histórico e político.

É nesse contexto, que a História e a Memória tem sido objeto de reflexões com a finalidade de compreender as diferenças e relações existentes, assim, se faz necessária a compreensão para poder gerar reflexões sobre os conceitos de História e Memória, que forjam a formação das identidades, além de pensar sobre a Educação Patrimonial como possibilidade a ser utilizada no Ensino de História, ao analisar os objetos em seu contexto de produção, como metodologia que permita a mediação entre memória, identidade e ensino de História, operando como esforço intelectual e político que contribua para a compreensão das relações sociais construídas em torno do saber histórico.

Tomamos como referência as discussões trazidas por Maurice Halbwacs<sup>1</sup> ao problematizar a memória enquanto elemento social e coletivo, bem como Jaques Le Goff<sup>2</sup> ao suscitar a reflexão sobre as complexas relações entre o vivido e as representações sobre o passado, percebendo a representação memorialista em seus diversos contextos de ação na vida individual e social, Joël Candau, nos dirá que a memória geradora de identidade, se dá na relação temporal e individual conferindo uma imagem sobre o acontecimento.

Assim, compreendemos a memória numa perspectiva de construção coletiva, não como verdade absoluta, mas múltiplas formas de leituras e representações do passado que incidem diretamente na vida social, política, econômica e cultural dos sujeitos dentro do contexto de ação.

---

<sup>1</sup> HALBWACS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

Tais questões têm sido cada vez mais estudadas e problematizadas, no processo de produção do conhecimento histórico, sobretudo ao perceber que a história ensinada e a história vivida possuem características diferentes, visto que há contendas, mas estão intimamente relacionadas em meio ao desenvolvimento do conhecimento histórico dentro da perspectiva do processo de ensino-aprendizagem fazendo-nos questionar sua construção, pois há a elaboração de uma narrativa sobre a materialidade.

Por isso, é de singular importância pensar a relação entre a História ensinada e a História vivida, ou seja, a memória e a construção do ensino, de modo que possamos perceber as diversas manifestações, o lugar de onde se fala e constrói o discurso sobre a realidade social, bem como os sujeitos presentes nesse método de construção histórica, objetivando compreender as relações que são forjadas no espaço social, nas diversas manifestações e evidências da experiência humana na temporalidade.

Desta feita, entra em cena a necessidade de discorrer acerca da dinâmica do conhecimento histórico relacionado com a formação das identidades que nos possibilite a reflexão da trajetória histórico-social do Brasil compreendendo sua cultura, a ação humana, no aspecto antropológico, como algo múltiplo e plural, daí a possibilidade de pensar um ensino de História, que não privilegie apenas o aspecto arquitetônico, mas que perceba as vozes presentes, que circundam aquele espaço e que vivenciam experiências diferentes com o mesmo objeto, as relações construídas e experiências vividas.

Para tanto, se faz necessário problematizar a relação entre História e Memória, bem como a construção desse fazer historiográfico e sua influência direta na formação das identidades, conforme nos apresenta Ana Maria Monteiro (2004):

Neste processo de problematização do saber ensinado, e no caso da história ensinada, a relação entre ensino de história e memória, relação ainda pouco discutida no Brasil, me parece de extrema relevância se desejamos melhor compreender os processos e significados deste fazer. Cabe indagar: ao ensinar história, de que história estamos falando: da história vivida ou da história conhecimento? Ou das duas articuladas? Ou falamos da história enquanto saber escolar? (MONTEIRO, 2004, p.03)

Partindo das questões trazidas com a problematização entre História e Memória, faremos uma análise dessa construção no processo de produção do saber histórico, percorrendo a dinâmica existente nessa relação entre a memória e os significados deste fazer histórico, sobretudo, de que forma se dá a produção e reprodução desse saber no ambiente escolar, local de onde deve partir as diversas inquietações acerca das relações cotidianas.

Dessa forma, é preciso compreender a ideia de que ensinar não é apenas transmitir conhecimentos, mas sim conhecer e produzir significados a partir do que está sendo transmitido, daí a necessidade de observar a relação entre História e Memória, objetivando a (re) significação do processo de ensino e construção do saber histórico, tanto na relação professor-aluno, quanto na relação aluno-professor, visto que o conhecimento não ocorre de modo neutro, mas como elemento social. Ana Maria Monteiro (2004) nos reforça tal ideia ao dizer:

Estes significados são atribuídos pelos professores desde que se apropriam de um conceito e definem a proposta a ser realizada para sua aprendizagem, por aqueles alunos que têm em sua turma. São ações muito particulares à educação escolar e que atendem a objetivos amplos que têm, na dimensão educativa, um parâmetro diferenciador marcante, responsável pela criação de saberes com epistemologia própria – o saber escolar que articula os saberes disciplinares, os saberes dos alunos e professores e a cultura de forma ampla. (MONTEIRO, 2004, p. 06)

Sendo assim, o conhecimento histórico, com seus aspectos metodológicos e de transposição didática, deve levar em conta os vários elementos formativos presentes nas vivências e experiências dos alunos, os quais são decorrentes de saberes prévios, relações sociais advindas da experiência nos mais diversos campos de atuação. É neste ponto que residem desafios ainda não superados no processo de ensino-aprendizagem de História na contemporaneidade. Para tanto, pensamos sobre o Ensino de História partindo de uma possibilidade de refletir o local a partir da compreensão do que seja a História Local e sua relação a partir do patrimônio cultural existente.

Assim, é importante discutir de que forma a ideia de memória e ensino de História adentra no campo da pesquisa e da produção científica, no Brasil, sobretudo, tendo como norte a ideia de resgate, a partir dos anos 1970 e 1980, em que no Brasil vimos vicejar movimentos sociais, os mais diversos, que fortaleceram o debate acerca da afirmação da luta política, identidades étnicas, individuais e culturais, visto que a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada (Candau, 2012). Ampliando essa reflexão acerca da memória e identidade, Ricardo Oriá (2004) nos dirá:

A partir de meados dos anos 70 e por toda a década de 80, assistimos à emergência dos movimentos sociais, populares, protagonizados pela mobilização de trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais etc..., que, até hoje reivindicam para si o alcance e o exercício dos direitos de cidadania e a participação política no processo decisório nacional. Esses movimentos colocam na ordem do dia o interesse pelo “resgate” de sua memória, como instrumento e luta e afirmação de sua identidade étnica e cultural. (ORÍ, 2004, p.129).



Dessa forma, podemos perceber que a memória é o que alimenta a identidade, modelando a subjetividade visto que gera representação e reconhecimento. Por isso, o ensino de História deve nos levar a pensar, questionar a construção da discussão histórica e sua relação com a memória percebendo-a enquanto uma força de identidade em meio a dinâmica social existente, visto ser fortemente modelada por meio de uma realidade histórico-social, que se apresenta em elementos políticos, sociais e culturais, nas diversas manifestações, expressões ou evidências da ação humana no tempo e no espaço.

Essa perspectiva impulsionou um novo olhar sobre a ideia de memória, gerando assim, novas discussões acerca do uso e do processo de ensino da história, o que nos leva a constatar que não dá para fazer a discussão do ensino de história sem considerar as perspectivas existentes, em relação à escola, visto que, é nesse ambiente que ocorre a socialização do conhecimento, e nesse sentido, o Ensino de História, fortalece a valorização dos elementos que compõem o patrimônio cultural dos sujeitos históricos (Oriá, 2004).

Podemos entender a ideia de memória tomando como norte a discussão suscitada por Joël Candau (2012), ao nos auxiliar a pensar sobre a identidade enquanto representação, essa que se dá no processo de reconhecimento a partir da memória, ou seja, a memória é geradora de uma identidade, logo, podemos perceber a partir das reflexões trazidas que identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação<sup>3</sup>, é justamente nesse sentido, que nosso trabalho nos leva a pensar sobre a relação memória e identidade.

A perda de memória gera uma perda de identidade, essa imbricação entre memória e identidade, tanto consolida ou desfaz o sentimento identitário, os quais estão fortemente ligados, apoiando-se uma na outra para produzir uma trajetória de vida, dos diversos sujeitos em seus contextos de ação, construindo identidades no decorrer do tempo, que simultaneamente altera-o em situações diferenciadas.

Portanto, se faz necessário pensar o Ensino de História enquanto um processo intimamente ligado à memória, e assim interrogar acerca do tipo de valorização que é dada, e que tipo de memória é transmitida, é escolhida, o qual nos levará a fortalecer a discussão sobre Memória e Ensino de História, visto que, se faz necessário criar formas de preservação e valorização dos bens culturais existentes, e para tanto o Ensino de História por meio de práticas educativas deverá nos levar a pensar acerca dessa prática

---

<sup>3</sup> CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

social, como incentivadora de ações de sensibilização, de preservação dos bens culturais existentes, em seus mais diversos espaços de construção.

## **1.2 – Cultura, História e Ensino: provocações e articulações políticas dos saberes**

Pensar sobre Cultura, História e Ensino, deve nos levar compreender, que tipo de aspecto cultural, é levado em consideração, como se entende e analisa esse processo cultural, para tanto é preciso ter clareza que o processo histórico ocorre por meio da ação humana no espaço, que gera cultura, entendida como uma “teia de significados”, na visão de Clifford Gertz<sup>4</sup>, na obra *a Interpretação das Culturas* (1989), modelando a subjetividade humana, o que impulsiona a reflexão acerca das relações entre cultura e identidade, é interessante destacar, que nesta obra Gertz se dedica a analisar as dimensões culturais da política, e dos costumes sociais, definindo cultura como sendo um sistema de organização da coletividade, sendo uma mediação entre o poder e o objeto de sua ação, construindo significados que são difundidos historicamente.

Em uma discussão semelhante, Roque de Barros Laraia<sup>5</sup>, que em sua obra, *Cultura: um conceito antropológico* (2004), refuta o determinismo biológico e geográfico, que determinariam a cultura de um povo, e mostra que a cultura pode se desenvolver de diversas formas em qualquer parte do mundo, sejam próximas ou não, destacando também a possibilidade de existir uma grande diversidade cultural num mesmo ambiente, descartando a ideia de superioridade entre os grupos humanos e culturais.

Assim, balizado por essas discussões compreendemos a cultura como algo dinâmico, que possibilita a formação de subjetividades capazes de exercer o papel de agente transformador do espaço, do meio em que vive.

Uma vez que pensamos o ensino de história como prática indagadora e formativa, é preciso problematizarmos sempre sobre os tipos de sujeitos, cenários, memórias, identidades e culturas a que damos visibilidade em nossas aulas de história. Afinal, a própria memória e o próprio ensino de história, são também práticas culturais construídas historicamente.

Não obstante, destacar que a relação entre história e cotidiano permite a compreensão dessa vivência individual diretamente relacionada a uma dimensão coletiva, que se dá no campo formativo, afetivo, reflexivo e crítico dentro do aspecto social.

---

<sup>4</sup> GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

<sup>5</sup> LARAIA, R.B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Dá a necessidade de se analisar a ideia de identidade, a qual se faz na ação que é fruto das diversas relações vivenciadas nos mais diversos espaços, contextos e situações dos sujeitos históricos. Isso, nos leva a reconhecer que os seres humanos não são objetos fixos, mas suas identidades são criadas, tendo como referência a relação com o outro, pois os sujeitos são capazes de se comunicar entre si, gerando assim, produção e significação das experiências vividas em seus espaços (Joël Candau, 2012). Refletindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem, visto que o ensino de história é um espaço privilegiado de construção de memória produzindo identidades a partir de sua compreensão, problematização e crítica social.

É sempre preocupante falar de uma memória coletiva ou identidade (cultural coletiva), pois essas categorias podem não abarcar todo o conjunto social, assim é frequente definir a memória social, como conjunto de lembranças partilhadas por um determinado grupo, já a memória coletiva, adentraria em outra dimensão, que é justamente, as lembranças comuns a um grupo, como as relações sociais desenvolvidas. Ou seja, a ideia de compartilhamento de saberes, conhecimentos e representações de uma parte significativa da vida social, o trabalho de construção de uma realidade memorial (Monteiro, 2004).

Joël Candau (2004) numa perspectiva semelhante a Halbwachs (1990) nos levará a refletir sobre essa dimensão entre memória coletiva e memória individual, ao nos propor a seguinte reflexão.

Por isso, num primeiro momento, deve-se fazer a distinção entre o dizer que há uma memória coletiva e realmente acreditar que ela exista, ou seja, ela existe no plano discursivo, mas não no concreto. A realidade dessa memória, por outro lado, parece poder ser deduzida da existência de atos de memória coletiva, existência facilmente verificável com a ajuda de dados empíricos: comemorações, construções de museus, mitos, narrativas, passeios dominicais em um cemitério etc. (CANDAU, 2004, p.35).

No primeiro momento, é possível perceber essa relação entre a memória social e coletiva dentro de um contexto de representações, atingindo também, a ideia de que a memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória social, visto que inúmeros conjuntos sociais exercem interferência direta na relação sujeito e sociedade.

Tendo em vista, os mesmos marcos memoriais e temporais de um grupo pode não ser o mesmo compartilhado por outros grupos em suas representações, por isso, é necessário pensar essa situação no processo de ensino, para que não caiamos no erro das

generalizações que acabam fomentando mais distorções, no tocante ao ensino de História e gerando ainda mais visões etnocêntricas de mundo, leituras de mundo superficiais acerca da dinâmica social existente.

Teóricos, como o sociólogo Maurice Halbwachs nos apresentam a ideia de que a memória enquanto fenômeno individual encontra-se superada, devendo ser entendida como um fenômeno social, e como tal deverá ser construída coletivamente e sujeita a constantes recriações<sup>6</sup>. É nesse percurso, que não se pode pensar uma memória coletiva que agregue todos os grupos sociais, pois conforme Ricardo Oriá(2007), no Brasil, a ideia que se tentara construir era forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças da formação histórica, por isso, passou-se a questionar que tipo de memória é difundida no processo de ensino de História em seus múltiplos aspectos, tendo em vista a necessidade de construção de um conhecimento crítico e reflexivo em meio a dinâmica existente.

Diante de tudo que já apresentamos acerca dessa problemática, percebemos que a memória é um elemento essencial na relação de ensino, dada as suas singularidades sociais, além de ser uma construção social interpelada por relações de poder. Martins (2004) em seu artigo, nos chama atenção sobre os desafios na interpretação desse passado:

Assim é que a identidade se fundamenta na memória e na interpretação do passado, quase sempre em função do presente e do futuro. E esse trabalho é limitado por exigências de credibilidade e coerência nos sucessivos discursos. Pollak, que fundamenta suas reflexões na realidade europeia, chama atenção para o fato de que toda organização política – partido, sindicato etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode alterar subitamente esta imagem, sob pena de enfrentar tensões, rachas e mesmo o seu desaparecimento, quando seus filiados não mais se reconhecem na nova imagem (MARTINS, 2004, p.17).

É nesse sentido, que a reflexão sobre que tipo de cenários são construídos e transmitidos no processo de ensino-aprendizagem da História deverá estar revelada, pois é necessária uma reflexão detalhada acerca da História enquanto disciplina e percebe-la dentro da relação de aprendizagem dos mais variados sujeitos, daí também a necessidade de se pensar a importância da educação patrimonial, sua compreensão e usos na produção do conhecimento histórico.

---

<sup>6</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. **História e Ensino de História: Memória e Identidades Sociais**. In: Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Mauad X: FAPERJ, 2007. 13-21p.

É nesse trajeto, que é preciso perceber que o ensino de história, é também palco de interesses na forma como se constrói essa memória e de que forma será reproduzida, objetivando dentro do processo de ensino, ressignificar as memórias, compreender as identidades aproximando-as das realidades dos alunos dentro de seu contexto de ação, permitindo assim a construção e reconstrução de identidades, além de combater as visões estereotipadas das realidades existentes, as quais geram preconceitos, discriminações e exclusões.

Assim é preciso compreender a cultura, como sendo uma construção social, por meio da qual está propensa a redefinições no tempo, provocadas por questões suscitadas no tempo presente em seus múltiplos aspectos, os quais podem ser negociados e expostos a rearranjos, questionamentos e disputas nos mais diversos momentos e âmbitos sociais.

Para tanto, é preciso perceber que a partir das transformações aceleradas dos últimos anos dos séculos XX e XXI, no meio social, político e econômico, aflorou a necessidade de compreender a diversidade e os conflitos decorrentes das reflexões suscitadas mediante as mudanças sociais, políticas e econômicas, como os movimentos populares, movimentos sociais, as minorias e entre outros sujeitos ressignificados pela História Oral, depoimentos, relatos, tornando-se fontes privilegiadas para a construção de novas histórias e assim, por meio do conhecimento fortalecer e estimular práticas educativas que permitam a preservação e valorização do Patrimônio Cultural existente, o qual deverá ser visto dentro de seu contexto específico.

A dinâmica suscitada pelas novas demandas temporais impulsionou a busca pela compreensão da criticidade do conhecimento histórico, tendo em vista, que o mesmo gera inúmeras interpretações acerca da realidade material dos sujeitos em questão, sendo de singular importância à compreensão da dimensão histórica, social e coletiva dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Essa dimensão deve-nos levar a problematizar a relação professor-aluno, que nos direcione a perceber as inúmeras possibilidades de apreensão daquele conhecimento histórico proporcionando a busca pelo conhecimento crítico e reflexivo, em seus mais diversos campos de ação, em meio à prática social existente.

Dessa forma, precisamos compreender que a história possibilita a compreensão do entorno do aluno, conforme estamos a refletir no presente texto, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência, possibilitando a inserção do aluno em contextos mais amplos dentro da sua realidade social, cultural e histórica.

Desta feita, nesse processo de reflexão, faz-se necessário a compreensão e ênfase na ideia de sujeitos históricos, permitindo a valorização do papel de cada um na construção da história de todos, ampliando o olhar acerca da formação dos agentes históricos e sociais, reforçando o objetivo de um ensino de história que valorize o senso crítico dos alunos, levando-os a desconstruir e reconstruir as diversas realidades, no combate ao preconceito, a discriminação e toda e qualquer prática que gere exclusão e desvalorização do Patrimônio Cultural existente, situações ainda, bastantes recorrentes, daí a importância de se suscitar tais ponderações.

Portanto, esse estudo, deve nos levar a perceber, tendo como referência a construção do saber histórico, que o ensino de história exerce papel significativo, no processo de compreender a dinâmica histórica, bem como a ação humana no tempo, sobretudo, ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo, nas relações pessoais com o grupo de convívio, afetividades e participação coletiva, estabelecendo assim, relações e produzindo ponderações acerca das culturas e temporalidades, que contemplem os valores dos sujeitos individuais e os de seus grupos, desenvolvendo relações e ampliando a capacidade de intervenção na sociedade, levando assim, o aluno à percepção da existência da história crítica e da história interiorizada vivendo assim, de modo consciente cada uma delas.

### **1.3 – História Local, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial: Uma reflexão acerca do exercício da docência.**

Na atualidade, é fundamental pensar o diálogo entre Ensino de História e conhecimento científico diante da importância social dessa área para a formação do estudante, bem como a necessidade de valorizar sua capacidade de aprender e de adquirir autonomia no processo de ensino-aprendizagem, a partir da interação no meio social, é nesse percurso que o Ensino de História adquire papel fundamental.

Para tanto, dentro dessa dinâmica, bem como das relações que se formam e se forjam na atualidade, é necessário que se pense o Ensino de História de modo a dialogar e/ou perceber na Educação Patrimonial, um elemento fundamental para se discutir ideias como memória, pertencimento, identidade e cultura, a partir das experiências locais.

É nesse âmbito, que a reflexão ocorrerá, tendo por meio, a prática do ensino de história em diálogo com a História Local dentro da dinâmica da Educação Patrimonial, ou seja, tomando como direcionamento essa perspectiva.

Visto, que em tempos de desenvolvimento tecnológico, fluidez de informações e globalização, tem sido frequente a percepção de que os bens culturais existentes numa sociedade, numa cidade, vem sendo cada vez mais deixados em segundo plano, daí a importância de por meio das práticas educativas voltadas para o Ensino de História, se possa cada vez mais eliminar as fronteiras que cerceiam o diálogo, e a valorização dos patrimônios culturais existentes.

Essa discussão vem ganhando cada vez mais destaque no cenário de mudanças sociais e educacionais nos últimos tempos, em que se tem cada vez mais um acesso a diversas fontes de informação, sobretudo, com o advento da Internet e o fortalecimento das tecnologias, o que impacta diretamente na formação da identidade discente a partir da abordagem do conhecimento histórico em sala de aula e da relação cotidiana, sobretudo, o fortalecimento da dinâmica local e das práticas sociais existentes buscando compreender a teia de relações que são construídas e que constituem elemento norteador da formação das identidades.

Não obstante, precisamos perceber a importância do professor de História que, a partir do exercício da docência, em meio aos desafios vigentes, é elemento central na criação das situações de troca e estímulos para a aprendizagem; na relação entre o estudado e o vivido. Tal tarefa é algo desafiador, haja vista as inúmeras dificuldades nessa relação de ensino-aprendizagem e professor-aluno na contemporaneidade. No entanto é um desafio que deve nos levar a apreender a importância da compreensão crítica da realidade e assim desenvolver uma perspectiva ampliada da realidade existente em sociedade, compreendendo essa dinâmica dentro de um contexto.

O ensino de história fornece aos alunos a capacidade de compreender a construção do conhecimento histórico oferecendo habilidades e competências para o seu aprendizado (BARROS, 2008), é nesse sentido, que o ensino de História Local, favorece a apreensão do conhecimento histórico de alunos da educação básica, por meio da aproximação com várias histórias, no fortalecimento das experiências individuais e coletivas de cada sujeito, muitas vezes silenciadas pelas grandes narrativas, e aspectos globais de nossa tradição de ensino.

Estudos diversos surgiram com o intuito de fortalecer o leque interpretativo da importância do Ensino de História partindo também de uma perspectiva local, para assim buscar meios de compreender as realidades e identidades individuais de cada sujeito, e localidade estimulando assim, o respeito e a tolerância as diferentes culturas,

desenvolvendo a subjetividade e ampliando horizontes dentro da dinâmica social existente.

Dessa forma, nos cabe perceber que a compreensão da disciplina História perpassa a maneira como se dá sua construção, pois a história não é o passado, mas a sua reconstrução a partir de vivências e evidências sociais do momento, o que não significa dizer que a história não esteja intimamente relacionada com a perspectiva da compreensão crítica da realidade, dentro de seu contexto de ação. Conforme nos dirá Carlos Henrique Barros (2008)

A apreensão das noções de tempo histórico em suas diversidades e complexidades pode favorecer a formação do estudante como cidadão, fazendo-o aprender a discernir os limites e possibilidades de sua atuação na permanência ou na transformação da realidade histórica em que vive. (BARROS, 2008, p.07)

Deste modo, o ensino de história deve permitir compreender a diversidade cultural, social e política existente nas mais diversas sociedades, tornando-se fator fundamental para a intervenção dos sujeitos históricos, como agentes sociais, no espaço em que vivem, possibilitando a ampliação do olhar acerca do mundo dinâmico da perspectiva histórica em suas múltiplas realidades sociais, econômicas e culturais.

Essa dinâmica impulsionou inúmeras reflexões sobre o Ensino de História, direcionando-o como uma possibilidade problematizadora, reflexiva, que auxilie na superação dos entraves de apreensão do conhecimento histórico nas diversas localidades, nas comunidades escolares, abrangendo uma discussão crítica e reflexiva da sociedade, de modo a desenvolver a sensibilidade e a consciência dos indivíduos para a importância da preservação desses bens culturais.

Este modo de trabalhar com o Ensino de História, de forma problematizadora, tem possibilitado alternativas que valorizam os alunos enquanto sujeitos ativos nos processos de aprendizagem, favorecendo o trabalho com as noções de diferenças, transformações, semelhanças e permanências admitindo a modificação dos sujeitos e a compreensão dos grupos humanos em diferentes tempos e espaços, sobretudo, em suas relações sociais dentro de seu contexto de ação.

Desta feita, consideramos ser possível os diálogos entre Ensino da História e a história local através da mediação do patrimônio cultural, para tanto, a metodologia da Educação Patrimonial é bastante cabível.



Para nos ajudar a entender a perspectiva de Patrimônio Cultural dialogaremos com os estudos desenvolvidos por Horta, Grunberg e Monteiro no Guia Básico da Educação Patrimonial, membros do IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico Nacional), o qual nos ajuda a entender de que forma a Educação Patrimonial nos auxilia a pensar o Ensino de História, visando à valorização e preservação dos bens culturais existentes.

Assim, por meio da experiência e do contato direto com evidências e manifestações da cultura, em seus sentidos e significados, é possível a partir da educação patrimonial, levar as crianças e adultos a uma construção ativa de conhecimento para a valorização da herança cultural (Grunberg, Horta e Monteiro, 1999, p. 10), daí o diálogo centrado na permanência da compreensão por meio do processo educacional, que vise equacionar as disparidades, e assim, possibilite a sensibilização dos agentes sociais, no cuidado, e preservação desses bens, não apenas, o arquitetônico, mas a relação que se constrói no espaço social e entorno, dentro das múltiplas relações construídas.

Dessa forma, a construção de um diálogo com esses bens culturais, locais, permitam a compreensão da dinâmica social existente, presentes nas sociedades, de modo que por meio de práticas educativas se possa conhecer e preservar esses ambientes, sejam eles arquitetônicos ou culturais; de modo a garantir o desenvolvimento do conhecimento crítico, o que contribui diretamente para o fortalecimento das identidades (Horta, Grunberg e Monteiro 1999, p. 6).

Essa metodologia pode ser desenvolvida não somente nas escolas, mas também em associações comunitárias e em todo e qualquer lugar que haja resquício da presença, manifestação, ou seja “qualquer evidência material ou manifestação da cultura” (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999, p. 12).

Sendo assim, em meio as multiplicidades presentes, a pesquisa histórica ganhou impulso, à medida que foram surgindo revisões, que propunham um estudo da noção de memória e identidade social, estudos sobre memória foram rapidamente difundidos, o que proporcionou a reflexão sobre a relação cotidiana com inúmeras análises, no tocante ao Ensino de História Local na sociedade contemporânea em diálogo também com a Educação Patrimonial, sobretudo, ao perceber que está memória não se funda, não se constrói isenta das configurações sociais em meio a dinâmica histórica.

Ao falarmos sobre educação patrimonial alguns questionamentos surgem, sobretudo, em relação ao que se define como patrimônio, e como determinado elemento assume a característica para ser denominado patrimônio cultural. É nesse sentido, que

procuraremos analisar essa problemática objetivando compreender o modo como se pensa patrimônio cultural nos dias de hoje.

Nesse interim, será apresentado as definições existentes que contribuem para entender Educação Patrimonial, a qual deve ser vista como um caminho metodológico, pedagógico, uma prática educativa a partir das experiências objetivas dos sujeitos históricos (TEIXEIRA, 2008, p. 04).

Assim, compreenderemos que a palavra patrimônio nos remete a herança, a bens de um dado grupo social, de uma dada comunidade, o que neste sentido, pode nos remeter a apenas ao valor monetário, o que não é nosso caso, ao utilizarmos o conceito de Patrimônio estamos nos referindo aos elementos sociais que são elaborados e passados de geração em geração, tornando-se evidências da manifestações humanas no tempo, o que contribui significativamente para a compreensão da atividade humana no tempo e no espaço.

Para tanto, se faz necessário um diálogo direto com o ambiente escolar, visto ser este um espaço privilegiado para a discussão, reflexão acerca dessa dinâmica sobre Patrimônio Cultural, por isso, a compreensão crítica dessa problemática deverá nos levar a perceber o significado ampliado do conceito de Patrimônio Cultural, para isso recorreremos a Soares (2003, p.46) que nos dirá:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio (Soares, 2003, p. 46).

Dessa forma, o Ensino de História em diálogo com a Educação Patrimonial, poderá contribuir para a discussão acerca da sensibilidade de preservação, cuidado e sentimento de pertencimento a uma comunidade, pois, só podemos cuidar daquilo que conhecemos e que nos faz perceber a dinâmica relacional existente, dentro do contexto de sua produção, pois patrimônio não pode ser visto apenas como aquilo que é importante, ou seja, aquilo que determinada sociedade constitui como importante nos dias de hoje, mas sim aquilo que fora desenvolvido, produzido, elaborado e que deve ser interpretado, analisado dentro de seu contexto de ação. Sendo não somente o belo, o grandioso, o heroico, mas também o simples, o cotidiano e o corriqueiro (TEIXEIRA, 2008), que impulsionam a dinâmica social ao longo do tempo.

É preciso pensar a importância de uma Educação Patrimonial, que dialogue de modo direto com o ensino de História, dentro da proposta que apresentamos, de um olhar voltado para compreender o local, não como mero sentimento, mas perceber que esse local, essa comunidade, esse conjunto social, é fruto de ações humanas, ações discursivas que modelaram essa existência.

Por isso, a discussão sobre educação patrimonial visa quebrar barreiras criadas pelo senso comum com o intuito de sensibilizar acerca dos diversos elementos sociais, que contribuem decisivamente para a dinâmica social, em seus múltiplos contextos, sem deixar de perceber que tal proposta permeia vários campos do conhecimento, visando sempre um diálogo direto com o conhecimento crítico em sociedade.

Apareceram neste cenário de preocupações com a cultura, com o simbólico e a ideia plural que reforçaram a ampliação do campo de estudos acerca dessa perspectiva histórica, o que deve nos levar a compreender a História Local como produção de uma consciência histórica, cujos sentidos e valores nos interessam diagnosticar (GONÇALVES, 2007). Desta feita, compreendemos a ideia de consciência histórica, não como algo dado, puro e acabado, mas como algo que se molda nas relações vividas, como um processo de construção da subjetividade.

Assim sendo, concebemos a ideia de local, como sendo um eixo de problematizações, que leve a percepção dessa relação do sujeito com a História, dinamizando assim, a construção do sentimento de identidade, sendo um complemento das experiências de sujeitos em um lugar e sua relação com o conjunto dessas experiências. Assim, precisamos entender, a ideia de local conforme nos dirá Maria de Almeida Gonçalves (2007):

Nas suas materialidades históricas, e exatamente pelas múltiplas variações que assumem, o que é reconhecido e identificado como pertencente ao âmbito local possui configurações diversificadas. A título de exemplificação, o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais -, e, como escolha por vezes recorrente, a um espaço político-administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades. (GONÇALVES, 2007, p.177).

Com isso, o local passa a ser considerado um lugar de sociabilidades marcado pela proximidade e relações entre sujeitos que estabelecem suas relações políticas, culturais, e sociais, dando conta das variações históricas dos sujeitos em sua dinâmica social e, para tanto precisamos nos entender como algo que caminha para além do emocional, em meio as várias percepções estabelecidas.

Cabe-nos salientar que ao enfatizarmos a ideia do local, da História Local, não estamos reduzindo o número de aspectos que podem variar nessa dinâmica, bem como as interferências no enredo social e histórico, pois ao compreender a execução dessa História Local, estamos percebendo sua constituição em um campo privilegiado de investigação, em meio às relações de poder dos grupos e a construção de sua identidade, reconhecendo seu valor pedagógico para a formação da consciência histórica.

Dessa forma, estudos de Maria Auxiliadora Schmidt (2007) nos leva a refletir sobre o ensino de História Local e a formação da consciência histórica na sociedade, mostrando que a preocupação com um ensino de história que leve em consideração o Local não é algo novo, conforme refletimos acima, mas é necessário percebermos de que forma ocorre o exercício docente nesse processo.

É importante ressaltar que a História Local é um dos eixos, que fora levado em consideração nas discussões anteriores em inúmeros estudos, um dos eixos temáticos dos conteúdos presentes nas séries iniciais, conforme nos apresenta Schmidt, na escola fundamental como perspectiva metodológica em todas as séries da educação básica, percebendo a história local como recurso pedagógico privilegiado (Schmidt, 2007).

Dessa forma, nesse percurso reflexivo, precisamos perceber as possibilidades da história local na formação das subjetividades e construção das identidades, debate este que será maior aprofundado em momento posterior, sendo importante observar que ao propor o Ensino de História Local no diálogo com a Educação Patrimonial, não podemos esquecer o processo de globalização em curso, o qual devemos levar em consideração, nas consequências das subjetividades históricas tomando como referência as relações identitárias, colocando em destaque a perspectiva da diversidade e pluralidade das identidades existentes.

Maria Auxiliadora Schmidt nos levará a pensar o trabalho com a História Local e sua relação com a aprendizagem ao nos apresentar que o trabalho com a História Local pode garantir controles epistemológicos do conhecimento histórico, a partir de recortes selecionados e integrados ao conjunto do conhecimento (Schmidt, 2007, p. 191).

Estando entre as possibilidades e possíveis ganhos com o ensino de história local, a produção e a (re)inserção do aluno na comunidade, a qual faz parte, criando assim historicidade e produzindo identificação de si e de seu entorno, dentro da perspectiva e dinâmica histórica levando-o a compreender o desenvolvimento da historicidade em relação aos demais elementos sociais, gerando atividades e atitudes investigativas por meio da utilização de documentos auxiliares.

Assim, essa discussão aponta para a pesquisa, o fato de que é preciso levar em consideração no processo pedagógico, a construção da subjetividade histórica, que indique ou impulse a busca pela mobilização entre os alunos, em suas experiências específicas da vida comunitária e individual. Pensando assim, busca-se por meio da utilização da História Local, a ampliação das fontes a serem trabalhadas, fontes históricas que possibilitem a aproximação do aluno com os saberes produzidos pelas sociedades, em especial pela comunidade e seu entorno, além de perceber que a maneira como se dá a produção do conhecimento histórico, já não é a mesma dos historiadores do século XIX, o que interfere diretamente na forma de ensinar a História.

Desta feita, o Ensino de História Local tem como problemática central a formação das identidades e a percepção da diversidade existente em sociedade, interligando diversos sujeitos e saberes no processo de ensino da História, renovando assim práticas educativas que contribuam para o avanço na conquista da justiça social em tempos tão complexos como os atuais, por meio de um processo de ensino, sobretudo, o ensino de história que trabalhe com problemas e não mera transmissão de conhecimentos (CIAMPI, 2007).

Assim, a aproximação entre o conhecimento histórico produzido e o saber escolar, valoriza a perspectiva do aluno enquanto sujeito ativo no processo de aprendizagem e assim, permite adesão da maturidade intelectual, que possibilite a interferência em fatores que proporcionem a construção do saber histórico em suas múltiplas dimensões.

Por fim, ao introduzir as discussões acerca do ensino de história local e a relação com a educação patrimonial, inserindo a perspectiva do cotidiano nas relações do processo de ensino, podemos identificar como tarefa da disciplina História, a formação crítica e reflexiva do estudante levando-o a perceber a formação da identidade, que se dá no diagnóstico das diferenças e semelhanças existentes entre os alunos e suas famílias, ou seja, sua vivência cotidiana, descobrindo mudanças e permanências nas relações familiares.

O que contribui para a compressão do conjunto social em que vivemos por meio da visualização das realizações de homens comuns, para assim, transformar o meio social em que habita, sendo agente social dessa prática transformadora, que é elemento desafiador.

As demais reflexões, desafios e possibilidades desse ensino serão melhores aprofundadas em capítulo posterior ao discutirmos a dimensão curricular do Ensino de História e sua possibilidade de ação pedagógica na contemporaneidade.

## **CAPÍTULO 2**

### **O PATRIMÔNIO COMO CURRICULARIDADE PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: desafios e possibilidades na educação básica**

#### **1.1 – O ensino de História na contemporaneidade: as reconfigurações curriculares e os novos questionamentos.**

Os desafios da contemporaneidade mostram que o processo de ensino-aprendizagem de História já não mais corresponde às exigências do perfil da sociedade brasileira, de evolução tecnológica, de mudanças no paradigma educacional, pois já não se concebe apenas a mera transmissão do conhecimento, mas sim a possibilidade de interação entre aluno e professor que gere a produção do saber e do conhecimento crítico.

O que reverbera diretamente no ambiente escolar, visto que a escola já não dá conta de suprir as necessidades criadas pela sociedade contemporânea em seus diversos aspectos. A crescente imersão social a tecnologia e o modelo de cientificidade construído pela vida hodierna constitui um sério desafio a ser enfrentado na teoria e na prática educativa, pois respinga diretamente na vida escolar em seus diversos contextos.

É nesse conjunto de situações que nos debruçaremos a refletir sobre o modo como o processo educativo enfrenta os desafios presentes na educação escolar, sobretudo, no que concerne ao ensino de História e, para tanto precisamos ter claro os princípios que norteiam a discussão curricular, a luz das leis que regem o ensino, bem como a implementação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), por meio da seleção de documentos, textos e atividades que estejam diretamente envolvidas com a prática docente e o trabalho em sala de aula em seu contexto de ação.

Sendo assim, é preciso perceber que inúmeras pesquisas já corroboram para a necessidade urgente de um novo olhar acerca do processo de ensino-aprendizagem da História em diálogo com os estudos voltados para o campo do currículo escolar, sobretudo, o currículo de História e seu ensino, que é tema de estudos e reflexões de diversos pesquisadores, entre eles, Geraldo Balduino Horn (2013), Geysa Dongley Germinari (2013) que ao nos apresentar as discussões sobre o ensino de história nos faz

perceber a luz dos princípios da discussão curricular e metodologias utilizadas que o ensino de História assume papel fundamental no processo de formação da subjetividade, por meio do desenvolvimento da criticidade, reflexão e fortalecimento da identidade por meio da análise crítica da realidade social existente.

Essas discussões coadunam com os estudos e reflexões suscitadas por Katia Maria Abud (2007), ao discutir a relação entre a história escolar e o saber acadêmico na sala de aula, além de Maria Auxiliadora Schmidt (2007), Circe Bitencourt (2014), Ricardo Oriá (2004), os quais nos ajudam a entender a importância de se pensar novos caminhos para o ensino de história com um olhar voltado para história local, além de estudos desenvolvidos em outras localidades e comunidades, que nos levam a refletir sobre a dinâmica do processo de ensino, sem perder de vista as orientações coordenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de História que vieram intensificar as discussões acerca dessa problemática existente no processo de ensino-aprendizagem da História, além das discussões trazidas pelas transformações que vivenciam a proposta curricular, por isso, o ensino de História, a análise que está sendo construída nesse trabalho, visa um esforço político em defesa do Ensino de História, do diálogo com a História Local, por meio da Educação Patrimonial, em tempos que se pregam o cessar do debate histórico na atualidade.

Dáí percebemos que todas essas reflexões, estudos e análises expressam possibilidades de transformação do ensino de História na contemporaneidade, tendo em vista, os desafios enfrentados que atingem diretamente os sujeitos escolares em suas dimensões humanas, sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como, no tocante a garantia de direitos, o que passa a exigir uma nova postura docente na contemporaneidade.

Essas transformações no currículo de História que modificam o processo de ensino estão intimamente relacionadas aos novos ares metodológicos da História, implementados no cotidiano escolar, além do desenvolvimento de pesquisas entre os alunos do ensino fundamental e médio proporcionando a formação do conhecimento crítico, elemento central da educação básica e cidadã, impulsionada a partir da apreensão do conhecimento histórico dentro do contexto social vigente.

Vale salientar que as modificações em torno do ensino de história estão inseridas em um contexto amplo de mudanças estruturais que ocorreram a partir dos anos 80 do século XX (Horn, 2013) com o fortalecimento dos debates que estiveram presentes em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, os quais concebiam a disciplina de

Estudos Sociais, que diluiu os conhecimentos da História e Geografia em um olhar homogêneo no período dos governos militares por razões políticas e ideológicas.

A partir dos anos 1980 essa separação volta a ocorrer e, assim, cada uma das áreas do conhecimento, História e Geografia ganham status de ciência, embora sejam afins, mas possuem especificidades e objeto de estudo próprio o que fortalece a discussão crítica e reflexiva que ganhou força a partir dos anos de 1980 no Brasil.

Essas mudanças proporcionaram um novo olhar sobre o processo de ensino da História, em especial a percepção dessa História enquanto um elemento construtor de identidades, conforme nos apresenta, Geraldo Balduino Horn (2013):

Trata-se de proporcionar ao educando uma formação sólida, voltada, não ao vago mundo do trabalho industrial, mas, através do ensino da linguagem do trabalho industrial moderno, garantir uma visão geral superior capaz de dar conta da complexidade das relações sociais de produção da sociedade contemporânea, por conseguinte, da produção de sua existência (HORN, 2013, p. 09).

Desta feita, as alterações que atingiram diretamente o ensino de história possibilitaram a ampliação do debate acerca dessas modificações com a inserção da análise da formação comum voltada ao cidadão, que estimule a apreensão da complexidade das relações sociais, além de problematizar as relações de produção e sua existência, ou seja, a difusão de uma história problema, que questione os condicionantes sociais existentes na sociedade moderna, visto que toda produção do conhecimento é social e, é justamente essa reflexão que o ensino de história objetiva desenvolver sem desconsiderar as mais diversas contribuições analíticas desenvolvidas nos períodos anteriores e posteriores a esse debate histórico.

Convém destacar a importância das discussões suscitadas pelas análises marxistas em sua perspectiva histórica e social abrangendo o campo da luta de classes e as formas de poder presentes nas forças de trabalho, assumindo, o conceito Trabalho, a categoria fundante capaz de captar e problematizar as relações humanas em sociedade, foi neste percurso que se assentaram as novas discussões que exercem interferência direta no ensino de história na contemporaneidade permitindo um novo olhar acerca da discussão histórica em seus múltiplos aspectos.

Devemos perceber a importância de ampliar o olhar sobre a história, tendo por princípio a abrangência do conceito de fonte histórica, sobretudo, no âmbito da pesquisa



acadêmica, visto que as fontes expandem as discussões acerca das experiências individuais, cotidianas e a memória local nas mais diversas comunidades.

É nesse sentido, que se faz necessário estar em diálogo com o que nos apresenta as discussões atuais do ensino de História, tendo por projeção as discussões sobre História Local, os diversos estudos desenvolvidos e identificar de que forma os PCNs de História (Parâmetros Curriculares Nacionais de História) expõem a discussão sobre o Ensino de História, observando conteúdos mínimos e demais problemáticas reflexivas a serem observadas, além de observar de que forma a BNCC ( Base Nacional Comum Curricular) apresenta o Ensino de História e o debate acerca dos conhecimentos regionais e locais, daí a necessidade de compreender esse período de transformação e seu impacto direto no currículo escolar, em especial o currículo de História em consonância com a LDBEN – 9394/96 ( Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Vale salientar que as mudanças ocorridas no ensino de história, sobretudo, em seu currículo, impulsionaram a criação dos PCNs de História ao constatar a importância deste ensino para a reconfiguração das identidades nacionais considerando seus múltiplos aspectos como fruto das diferentes presenças étnicas, de gênero, sexualidade, religiosidade, classe, faixa etária, práticas culturais etc. em meio as variações ocorridas a partir do século XX.

Na Educação Brasileira, o final do século XX foi marcado por embates envolvendo reformulações curriculares. Projetos continuavam a defender o currículo humanístico, com ênfase nas disciplinas literárias, tidas como formadoras do espírito. Outros desejavam introduzir um currículo mais científico, mais técnico e prático, adequado à modernização a que se propunha o país. Tanto no currículo humanístico, quanto no científico a História, entendida como disciplina escolar, mantinha sua importância para a formação da nacionalidade. (PCN de História para o Ensino Fundamental, 1998, p. 20).

O ensino de História passou por variações, sobretudo, em seu aspecto metodológico com o desenvolvimento de novas pesquisas e olhares acerca das fontes históricas, o que ampliou ainda mais o leque de possibilidades interpretativas da História do Brasil e de outras temáticas presentes no ensino de História. Esse processo tornou-se elemento central para a compreensão e fortalecimento das discussões sobre a nacionalidade brasileira em suas matrizes indígenas, africanas e europeia, com ênfase em Portugal dado o processo colonizador.

Para tanto, se faz necessário perceber que qualquer objeto de estudo deverá ser compreendido na sua totalidade, e para que isso ocorra exige-se fundamentação teórica,

bem como análises de suas origens históricas, além de observar suas contradições internas, elemento central, que impulsionado pelo Ensino da História em seus mais diversos campos de atuação, dentro de um processo dinâmico e interativo.

Dessa forma, é preciso entender a ideia de currículo como sendo a totalidade de conhecimentos sistematizados com o fim de possibilitar o acesso a tais experiências que se materializam no currículo, na medida em que organiza e aborda o conhecimento dito científico, tendo este conhecimento diferentes formas em diferentes sociedades com características que foram historicamente construídas (Horn, 2013, p.99).

Assim, para que o currículo seja modificado deverá ser organizado de modo diverso dando ênfase as atividades grupais e a contextualização (Horn, 2013), tendo em vista que o processo de ensino é intimamente ligado ao processo social e que mudanças em um deles refletem e são refletidas no outro.

Nessa perspectiva, os estudiosos Geraldo Balduino Horn (2013) e Geysa Dongley Germinari (2013) vão nos apresentar que o entendimento sobre currículo versa como resultado de competição entre grupos sociais fruto das tensões culturais emergentes e que geram reflexos diretos no campo do ensino de história (Horn, 2013, p.23).

Podemos concluir a partir das reflexões suscitadas, que o ensino de História, deve nos levar a problematizar as realidades sociais existentes, assumindo assim, seu papel crítico, conforme o esforço dispensado para a compreensão das transformações ocorridas a partir da década de 1980, tendo como norte a ideia de que a História define historicamente seu objeto e este movimento cultural ocorrido, possibilitará a crítica aos diversos dados, tornando-se condição fundamental para desmistificar o que era tido como verdadeiro, mas compreendendo-o dentro de seu contexto histórico e social.

É nesse aspecto, que a história exerce seu papel central de formação das subjetividades e das identidades, permitindo a ampliação das possibilidades interpretativas a partir da explicação e problematização dos fatos históricos, por meio da utilização da História Local, a qual permita ao estudante o contato direto com a história de sua comunidade, daquilo que lhe é mais próximo, isto é sem perder de vista a discussão suscitada pela história geral, mas sendo de fundamental importância o diálogo direto com a História Local para a compreensão das múltiplas manifestações sociais existentes, além das identidades que são forjadas no conjunto social.

Sendo assim, as análises das possibilidades metodológicas, bem como do diálogo com a Educação Patrimonial como alternativa para se pensar um ensino de História que esteja em contato direto com a vida da comunidade, e que possibilite ao estudante a

compreensão de seu contexto histórico, partindo das relações sociais e experiências que se constroem no dia a dia da vivência humana, em diálogo com as interfaces da contemporaneidade.

## **1.2 - Sobre os PCNs de História: as possibilidades pedagógicas do patrimônio cultural nos parâmetros curriculares.**

A discussão sobre Ensino de História vem sendo elemento de debate nos últimos anos, conforme já mencionado acima, e nesse cenário a possibilidade de utilização como campo metodológico da História local vem ganhando força, por ser um processo de inserção das reflexões que revelem as situações sociais do entorno do ambiente escolar em suas dimensões, na interação direta aluno e comunidade.

É justamente nesse percurso, que nos debruçaremos, tendo como norte a compreensão do uso da História Local em seu trajeto metodológico no ensino de História, bem como o diálogo com a Educação Patrimonial, ou seja, os modos de falar e ensinar a História Local, e como as fontes, as múltiplas fontes permitem entender os saberes locais, como por exemplo, entrevista com moradores da comunidade, visita ao prédios históricos, que formam o patrimônio material da comunidade, além de espaços das manifestações culturais existentes, tendo como intuito a sensibilização dos indivíduos e sujeitos históricos, no desenvolvimento do sentimento de pertencimento, preservação e cuidado dos espaços histórico-sociais .

Nesse fluxo, dialogamos com os documentos norteadores do ensino, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - 9394/96), que aponta a necessidade de um ensino interligado, em sintonia com as práticas sociais e o mundo do trabalho objetivando a formação cidadã e reflexiva dos sujeitos em seus contextos de ação. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais de História) (1998), os quais dão norte ao que deve ser entendido como elementos mínimos a serem observados no processo de ensino de História, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, vale destacar que desde o Ensino Fundamental, os PCNs já apresentam como um dos objetivos do Ensino Fundamental, a importância de se conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural brasileira.

Sem deixar de refletir também sobre as mudanças que serão implementadas a partir da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que traz como norte discursivo, o combate às desigualdades educacionais e a promoção do ensino, contudo, se faz

necessário pensar sobre os entraves e desafios, que esse novo processo gerará em cada região, sobretudo, nas escolas que possuem recursos cada vez mais defasados, sem contar na valorização do profissional de sala de aula, bem como a implementação desse processo nas escolas rurais e quilombolas, sendo por fim, necessário pensar que tipo de melhoria, e que tipo de discussão, e que forma, a BNCC ( Base Nacional Comum Curricular) propõe para a superação de preconceitos e estereótipos nos mais diversos lugares do território nacional.

Sendo assim, a Educação não é “um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo de poder, por estar envolvida na política” (ARANHA, 2006, p. 24), dentro disso, Bittencourt (2015) aponta que, ao longo da trajetória da educação brasileira, existiram diferentes enfoques no ensino de história, e este trabalho é também um esforço político de analisar essa proposta, sobretudo, que tipo de situação está presente no processo de ensino-aprendizagem.

É nesse sentido, que busca-se o diálogo com a História Local, e nesse interim perceber de que forma a Educação Patrimonial pode auxiliar nesse redirecionamento, tendo por meta a sensibilidade diante dos desafios socio-históricos existentes na sociedade brasileira, e assim buscar caminhos para a superação e a construção de um conhecimento crítico e reflexivo, que possibilite a quebra de preconceitos, discriminações e contribua para a construção da cidadania e a vivência harmoniosa do ambiente social

Essa temática impulsiona o debate acerca das possibilidades do ensino de história, o qual nos levará a considerar as múltiplas vozes em consoante com a construção da dinâmica histórica e, é nesse ponto que reside um dos desafios que é a percepção das diversas possibilidades históricas existentes, trabalhando com a ideia de uma construção crítica da realidade social.

Por isso é preciso entender que a pessoa humana tem história e que essa história tem valor, e nisto reside a necessária reflexão que deverá nos levar a apreender a dinâmica fundante desse processo de construção social da história, pois a memória é elemento central do processo histórico, permitindo o trabalho com a história por meio da memória coletiva que sirva para libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 2003, p. 471).

Assim, para se discutir questões relacionadas à memória e à história, é importante que esteja vinculada à experiência da comunidade, o cotidiano dos discentes e assim o sentimento de pertencimento vá se instalando à medida que os estudantes forem compreendendo a construção do espaço habitado, implicando na formação das

identidades, das subjetividades, e do patrimônio cultural local dos sujeitos históricos envolvidos.

Dialogando com esta perspectiva sobre as possibilidades e desafios do ensino de história local, atentando-se para a ideia de memória e história autores fundamentais nesse debate, como o sociólogo francês Maurice Halbwachs, em sua obra *Memória Coletiva* (2006), nos mostra que a memória passa a existir à medida que se criam laços afetivos de pertencimento a um determinado grupo. Já Michel Pollak (1990), o sentimento de pertencimento contribui para o estabelecimento de uma identidade, a qual também é construída por meio dos espaços, os lugares e objetos da memória que circundam a realidade material e a comunidade escolar.

Sendo assim, a história está intimamente relacionada a memória do grupo social, por isso, no processo de ensino-aprendizagem da história, o professor é convidado a desenvolver seu projeto de ensino em diálogo com as possibilidades de utilização metodológica da história com vistas ao aprendizado crítico e a posterior adesão ao conhecimento reflexivo, para tanto é primordial a percepção dessa história enquanto um elemento social que está em constante diálogo com a dinâmica temporal existente sendo fruto das construções sociais no contexto em que vivem, Clarícia Otto, nos dirá algo acerca dessa possibilidade metodológica:

Em sintonia com essa metodologia, compete a escola e as instituições parceiras articular projetos para trabalhos de campo, para vivências em museus, arquivos, escolas, casas de memória, redação de jornal, bibliotecas, cinemas, parques entre outros (OTTO, 2015, p.05).

O ensino de história deverá possibilitar, em meio aos desafios da contemporaneidade, a reflexão acerca da dinâmica social, além de problematizar o contexto vigente na sociedade moderna e assim difundir a compreensão do conhecimento histórico, em que se busca a construção crítica do saber em meio a realidade social, pois a preocupação metodológica reside em entender as diferentes pessoas do contexto humano, e não apenas no que e como ensinar.

A aprendizagem em história é um processo de construção, o qual deve levar ao exercício de pesquisas formativas mediadas pelo professor que fomente a busca pela criticidade do conhecimento em construção dentro de seu espaço, e atendendo a um dado contexto.

Ao tratar sobre a história local, essa abordagem nos permite compreendê-la como sendo aquela que não está somente nos livros didáticos, no conhecimento científico em si, mas é antes de mais nada encontrada nas ruas, nas cidades e no campo, em meio aos mais diversos sujeitos estando em constante relação com o presente, e com o passado e seu contexto, nisto reside o a importância do diálogo com a Educação Patrimonial no Ensino de História, o que é algo desafiador, mas necessário de se pensar em meio a dinâmica existente.

Sendo assim, a compreensão da dinâmica do tempo presente, a ampliação do leque interpretativo das pessoas comuns, aquela história menos centrada nos grandes nomes, grandes feitos, mas sim, compreender essa construção também por meio dos elementos comuns da realidade social, por meio da compreensão do ser humano em sua historicidade como sujeito produtor do espaço social e cultural situado em meio a dinâmica histórica para a percepção de valores culturais e representações sociais.

Cabe destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais direcionam em seus elementos discursivos a perspectiva dos conteúdos mínimos a serem trabalhos, e neste trajeto o modo como ocorre essa relação com o conjunto social.

As informações históricas locais relevantes a serem selecionadas expressam, assim, a intencionalidade de fornecer aos alunos a formação de um repertório intelectual e cultural, para que assim possam estabelecer identidades e diferenças com os outros indivíduos e com grupos sociais presentes na realidade vivida – no âmbito familiar; no convívio da escola, nas atividades de lazer, nas relações econômicas, políticas, artísticas, religiosas e culturais. E, simultaneamente, permitir a introdução dos alunos nas diversas formas de relações sociais e a perspectiva de que as histórias individuais se integram e fazem parte do que se denomina História nacional e de outros lugares (BRASIL, 2000, p. 43).

Assim, a inserção da história local visa justamente observar as possibilidades de diálogo e interação com as realidades mais próximas do estudante para poder reconhecer-se enquanto partícipe dessa construção do conhecimento e, assumir o protagonismo por meio da expressão das individualidades na formação do sujeito completo em seu contexto. Ou seja, pensar os objetos não como algo dado, naturalizado, mas construído em meio as temporalidades em diálogo formativo com a história nacional, regional e local, essa democratização da memória, contempla os estudos de minorias, outrora esquecidas, ampliando objetos, saberes e fazeres no universo de representações do patrimônio cultural brasileiro.

Por isso, esse trabalho é também um esforço intelectual, mesmo com suas limitações, de também contribuir para a compreensão dessas relações sociais construídas, para além dos ditos “grandes nomes”, mas também observar os sujeitos históricos dentro de seu contexto de ação.

Isso implica repensar a própria concepção e prática pedagógicas dentro da perspectiva curricular, refletindo as histórias locais em uma realidade globalizada, na visão de Carlos Farias estudioso do ensino de História, o qual nos dirá que o ensino de história local deverá ser o ponto de partida para a aprendizagem histórica (2007), pensando assim, na necessidade de tornar o estudante protagonista da produção do conhecimento em seus mais diversos aspectos sociais.

O ensino de História Local ganha importância no ensino fundamental por possibilitar a formação e desenvolvimento de um raciocínio que contemple não apenas o indivíduo, mas a coletividade em suas relações sociais estabelecidas em sua proximidade por meio da compreensão do entorno do aluno identificando passado e presente nos diversos espaços de convivência (PCN História, 1998).

É esse percurso, que devemos trilhar, pensar em um ensino de história que se torna cada vez mais desafiador dada a conjuntura vivenciada, mas que alcança a possibilidade de refletir as realidades em suas temporalidades e dentro de seu contexto estimulando a criticidade e a busca por novos agentes de transformação e socialização, nos mais variados espaços de ação, exercendo papel importante ao incorporar as reflexões sobre o indivíduo, Carlos Henrique Farias de Barros em artigo publicado sobre Ensino de História, nos fará uma observação sobre os usos da História Local:

Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno faz-se necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, as memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados (BARROS, 2007, p. 06).

Essa construção metodológica está em comunhão com as discussões inovadoras suscitadas pelo ensino de História, que a partir das relações sociais, visa refletir a dinâmica existente em meios aos desafios vividos, para que assim construa caminhos de possibilidades interpretativas das vivências humanas em seu espaço, sobretudo, a partir do diálogo com a história local e, amplie a percepção da consciência humana acerca da participação e responsabilidade com o processo educativo, que permita o protagonismo

estudantil nessa formação tornando-o sujeito ativo na aprendizagem levando-o a pensar historicamente.

E assim, precisamos perceber que o Ensino de História deve nos levar a refletir sobre a ação e atuação dos indivíduos em suas relações pessoais, com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. E neste trajeto, a História Local contribui para a construção de processos interpretativos sobre as formas como os sujeitos se constituem historicamente nos modos de viver e em espaços que são construídos pelas relações de poder da sociedade caracterizando-se como a valorização dos particulares e possibilitando pensar uma história mais próximas das realidades individuais que se projetam no coletivo e assim formam sua identidade individual. Essa ideia de identidade não é isenta de intenções, dada as questões sociais, políticas, econômicas e ideológicas das relações de poder construídas em sociedade.

É preciso perceber que o estudo de História em conformidade com o que preconiza os PCNs deverá auxiliar os alunos a compreender as semelhanças e diferenças dos modos de vida social, cultural e econômico de sua localidade. É neste ponto que reside a importância de uma discussão histórica que fortaleça a criticidade e permita construir o entendimento da realidade de modo analítico e reflexivo do sujeito histórico, daí a alternativa a partir da Educação Patrimonial, que objetiva a compreensão das evidências materiais, e a sensibilização dessas realidade históricas, o que contribui para uma maior compreensão da História Local, e não como mais um conteúdo a ser ensinado, mas um princípio metodológico que esteja presente em toda a prática pedagógica do ensino-aprendizagem da história.

Podemos concluir a partir das reflexões suscitadas, que o ensino de história tem um longo caminho a percorrer, sobretudo, em sala de aula, que estimule o diálogo, a reflexão e as experiências individuais e sociais dos alunos, as quais sejam trazidas pelos estudantes para o ambiente escolar permitindo assim, que cada sujeito presente na dinâmica de sala de aula seja de fato um sujeito histórico, crítico e reflexivo por meio do diálogo que pode promover essa ação reflexiva, entre memória e história modificando a relação professor-aluno, ou seja, o diálogo presente nesta construção do conhecimento.

### **1.3 – História ensinada, Construção do Conhecimento e Educação Patrimonial.**

No processo de constituição do conhecimento histórico, procedimentos reflexivos e analíticos ampliam as possibilidades de compreensão e/ou explicação das práticas



humanas que ocorrem nas relações com a natureza e com o meio social, e são registradas nos mais diversos documentos, nas dimensões temporais e no envolvimento social e do discurso cotidiano, o que geram evidências materiais.

Dessa relação, nascem os conceitos de história e historiografia, ou seja, a percepção dos historiadores na criação do discurso acerca da perspectiva histórica. A história enquanto elemento construído a partir da memória, assumindo a ideia mais próxima dos indivíduos em seus aspectos e, é no procedimento historiográfico que ocorre a elaboração discursiva dessa realidade histórica, adentrando aos espaços sociais de interferência política, econômica e social, mantendo relações de diálogo com a história vivida nas práticas e representações sociais dos sujeitos históricos, o que constitui um patrimônio cultural das sociedades modernas, não apenas por questões do presente, mas também, na percepção do objeto dentro de um contexto específico (MONTEIRO 2012, p.15).

É nesse interim, que procuramos compreender sobre a forma como essa história é construída, é ensinada, é produzida, e conseqüentemente como se dá o ensino dessa história, permitindo abarcar as possibilidades interpretativas das narrativas históricas e de que forma, na prática pedagógica é atribuído sentido ao que é ensinado, desnaturalizando e historicizando o social dando voz aos alunos por meio da mediação do professor, desenvolvendo uma perspectiva crítica face ao que é abordado, percebendo-o dentro de um contexto, e não como algo meramente natural, mas, sobretudo, histórico e social.

É nessa abordagem que residem os desafios de pensar o que é a relação entre História e história ensinada, buscando entender a construção dessa relação dinâmica e interativa, sem deixar de tocar em aspectos já mencionados que giram em torno da ideia de história e memória, Ana Maria Monteiro, em seu artigo sobre Narrativa e Narradores no Ensino de História nos dirá que:

A preocupação de dar voz aos alunos, de abrir espaços para suas contribuições e conclusões, de desenvolver uma perspectiva crítica face ao que é abordado. A História ensinada é instrumento para agir no mundo, para ampliar o potencial cognitivo sobre o processo histórico de forma a poder nele atuar e transformá-lo. Daí tanta preocupação com o estabelecimento de relações, com a contextualização, com a visão de processo, com a compreensão dos conceitos. (MONTEIRO, 2007, p. 129)

Pensando nesse processo de ensino-aprendizagem tornou-se fundamental entender as dimensões sociais da construção do conhecimento e implementar uma

dinâmica educativa que desconstrua a noção de história apenas como elemento de memorização, mas que impulse o debate e a reflexão dos condicionantes sociais.

As mudanças ocorridas no processo de ensino da história, acentuadas, sobretudo, nas últimas décadas do século XX no Brasil, impulsionaram um novo olhar acerca da construção, formação e compreensão do conhecimento histórico, permitindo a possibilidade de uma história que não apenas narrasse, descrevesse, ou enumerasse situações, mas que a partir desse envolvimento dos sujeitos históricos, da relação aluno-professor, pudesse desenvolver um ensino de história que ampliasse as discussões sobre as realidades materiais, sociais, culturais, políticas e econômicas existentes em sociedade.

Vale salientar, que as novas abordagens do ensino de história, é fruto também dessas modificações ocorridas no mundo acadêmico, ou seja, na produção do conhecimento, que vivenciou e sofreu interferências das inúmeras transformações suscitadas a partir da década de 1980, com o fim dos governos militares, os quais diluíram em seus projetos educativos o ensino de história, bem como das ditas ciências humanas, isso por questões de cunho ideológico, dada a conjuntura histórica vivida.

Assim, o estudo da história local poderá nos levar a o complemento das explicações gerais, enriquecendo a história geral e não a destruindo enquanto componente curricular.

Dessa forma, Schmidt (2007) em seu artigo sobre o ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica nos diz algo referente a importância do estudo da história local em relação a história ensinada:

No processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino-americanas e mundiais. (SCHMIDT, 2007, p. 190)

Sendo assim, o trabalho com a história ensinada tendo como reflexo a possibilidade de inserção da história local deverá nos levar a compreender a maneira de pensar e fazer a história, colocando em destaque as diversidades das identidades sociais existentes permitindo que a comunidade, sobretudo, a comunidade escolar, visto tratar-se de um processo de ensino-aprendizagem, perceba sua própria historicidade por meio da compreensão de uma história mais plural e menos homogênea, que não silencie as especificidades dos sujeitos em seus mais diversos espaços de interação, respeitando assim, o modo de vida dos grupos sociais e suas diferenças.

É em meio a essa história geral, essa história ensinada que a inserção da história local enquanto um procedimento metodológico possibilitará o reconhecimento das manifestações específicas da sociedade local, que substancia-se no processo de ensino-aprendizagem na escola, resultado de uma construção que se dá no seio das relações cotidianas nos aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos que se apresentam através da memória popular forjando a construção da identidade.

Segundo Pozenato (1990, p. 10), a identidade não é buscada no “plano das manifestações externas, mas no uso que existe por trás dessas manifestações”, indo além dos momentos celebrativos, mas na compreensão crítica dessa possibilidade reside na apreensão do cotidiano as pessoas e da comunidade. Sendo assim, esses valores culturais que se reproduzem no seio das comunidades deverá fortalecer o campo de investigações de alunos e professores para a reelaboração do espaço escolar por meio do conhecimento das questões culturais do meio social, sem distanciar-se da discussão da história geral, o que fortalece a importância da compreensão das ações humanas que são também produções culturais.

Dentro dessa discussão, Circe Bitencourt (2004, p. 172) nos dirá que:

A história do “lugar” como objeto de estudos ganha necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao de proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do tempo presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”. (BITENCOURT, 2004, p. 172).

Na perspectiva de Circe Bitencourt, o ensino de história deve levar a proposição do entendimento da complexidade das relações sociais em meio aos desafios que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem sem deixar de perceber a dimensão crítica da produção do conhecimento.

É necessário ter claro que o estudo da história, a compreensão dessa produção histórica não deve reduzir-se ao louvor a símbolos e representações dos grupos e sociedades, mas perceber que a cultura, a produção cultural permeia o cotidiano do trabalho e relações comunitárias que se apresentam na formação histórica de seu povo, dando ênfase ao conhecimento da cultura local, que sofre interferências sociais, políticas, econômicas e culturais de seu tempo pontuando os modos de vida e as modificações causadas pela ação humana no ambiente social vivido.

Desta feita, essa reflexão deve nos levar a perceber que a história ensinada, vista em um processo de construção crítica possibilitará a construção reflexiva do conhecimento sem distanciar-se da dinâmica social, utilizando-se da memória dos grupos sociais para o reconhecimento dessa cultura local, que amplia o olhar sobre a história local como instrumento de reflexão pedagógica e de formação do conhecimento reflexivo das ações humanas nos espaços e temporalidades da sociedades.

Portanto, conclui-se que o meio social em que o estudante está inserido oferece oportunidades de criações de aprendizados, a partir das manifestações dos processos culturais e criações sociais, é nisto que reside o trabalho do professor, criar condições para que o estudante possa desenvolver a capacidade crítica identificando que o conhecimento é fruto das relações sociais e é essencialmente um produto cultural da ação humana no tempo, ou seja, está intimamente relacionado ao processo de transformação do meio natural no ambiente cultural.

## CAPÍTULO 3

### UM OLHAR SOBRE A CENTENÁRIA IGREJINHA DA VILA EM DELMIRO GOUVEIA (ALAGOAS): um guia pedagógico em torno do patrimônio local

#### 3.1 – A polissemia da igreja da Vila: por uma abordagem patrimonial crítica, democrática e significativa

As discussões apresentadas nos capítulos anteriores a respeito da Educação Patrimonial e o Ensino de História, deverão nos levar a compreender o processo de ensino-aprendizagem, que não somente discuta os fatos, a conjuntura, mas nos leve a problematizar as realidades locais, os elementos próximos de cada sujeito, de cada indivíduo em seu contexto de ação, com abordagens temáticas, nas quais os jovens se sintam representados por meio do reconhecimento histórico-cultural da própria comunidade em relação ao espaço em que habitam, exercendo importância fundamental na vida e na formação social dos sujeitos.

Tal perspectiva contribui para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, de identidade e preservação, pois é nesse trajeto que o ensino de História em diálogo com a educação patrimonial possibilitará a reflexão acerca do elemento mencionado, selecionado, de modo a perceber as relações que são construídas com o objeto e o seu entorno.

É nesse percurso que buscaremos entender dentro desse tempo comemorativo para a comunidade católica da cidade de Delmiro Gouveia (Alagoas), tempo em que se comemoram os cem anos da construção da “Igrejinha da Vila”, como é conhecida pelos delmirenses, em especial, os membros da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário.

Perguntamos: *quais relações são construídas com esse patrimônio, situado em um dado espaço, e em torno dele?* Para isso não deixamos de refletir que não é apenas a relação com o patrimônio de “pedra e cal”, mas tudo o que for capaz de representar a dinâmica histórica, a construção do pertencimento, das identidades e das experiências sociais (MARTINS, 2011). Assim, guiados por esse norte discursivo acerca da educação patrimonial e do ensino de história, faz-se necessário debater essa dinâmica histórico-social para compreender o processo de construção da “Igrejinha da Vila” e as relações construídas com este objeto social.

Nesse sentido, iremos apresentar um breve aspecto histórico acerca desse patrimônio cultural, material e urbano, que possui diversos significados forjados a partir do encadeamento construído no/com o entorno desse objeto, nisto reside sua singularidade para a cidade de Delmiro Gouveia (sertão de Alagoas), em especial para a comunidade católica.

Desta feita, compreender a construção das memórias, a partir da coletividade, objetivando na prática pedagógica, o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes, tendo em vista a contribuição para o conhecimento crítico, que se torna primordial para se fazer uma leitura atenta do mundo que os rodeia, em nosso foco de análise a cidade de Delmiro Gouveia, sertão alagoano.

Assim, a luz desse processo reflexivo, a proposta da educação patrimonial orienta para a criação de um ambiente favorável que leve os alunos, os estudantes, a construírem novos conhecimentos, os quais sejam utilizados na prática cotidiana para que possam agir de modo a envolver-se na dinâmica das relações que são forjadas no contexto em que vivem (BRAGA, 2016).

Vale destacar que ao abordarmos o patrimônio histórico, mencionado anteriormente, estamos buscando uma abordagem que dialogue com o presente sendo suscetível a análise crítica dos contextos socio-históricos em que ocorrem, de modo a possibilitar uma abrangência crítica da realidade, percebendo-a não como algo naturalizado, mas forjado nas conexões construídas na dinâmica social existente. E assim, possa vê-lo não apenas em seu aspecto arquitetônico, mas também, buscar desvelar as múltiplas relações sociais que são concebidas com ele e ao redor dele, conforme nos propomos em capítulos anteriores, sobre a importância de dar voz aos sujeitos que circundam esse espaço<sup>7</sup>.

Sabemos do desafio que é essa proposta, mas no campo pedagógico, é mister possibilitar o diálogo com o meio social, percebendo que esse objeto não é o elemento fundante da sociedade delmireNSE, mas sim um símbolo de alguém, nesse caso específico, da comunidade católica, no entanto, várias pessoas, vários sujeitos sociais, vivenciam relações diferenciadas com o mesmo objeto, no mesmo espaço, nisto reside a importância de não tomá-lo como algo romantizado ou saudosista, mas percebê-lo dentro de um contexto formado por diversos agentes sociais, que vivenciam múltiplas experiências com e ao redor do objeto em questão. Neste caso, a “igrejinha da vila”, a qual está

---

<sup>7</sup> O termo “espaço” é tomado aqui como sendo a cidade ou o local de ocorrência do Patrimônio Histórico e Cultural.

localizada no centro da cidade, é circundada por uma vilinha de residências; fica localizada no meio de duas praças: a de eventos de grandes shows do município e a de brinquedos, pista de skates, e venda de lanches. Por trás da igreja, situa-se o ponto de transporte alternativo para diversas cidades circunvizinhas dos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco.

Esse trabalho, dentro de suas limitações, visa contribuir na perspectiva de ressignificação, dos usos e percepções do espaço histórico da cidade, sobretudo, neste tempo em que a comunidade católica do município de Delmiro Gouveia (Alagoas), celebra os 100 anos de construção da “igrejinha da vila” , é claro que tal data comemorativa, terá um sentido específico apenas para a Igreja Católica, nesse caso, para a comunidade paroquial de Nossa Senhora do Rosário, a qual é tida como padroeira da cidade, de acordo com a visão da Igreja Católica.

Sendo assim, ao pensar o sujeito enquanto ator social atuante nesse processo de dinamismo histórico, vivências e experiências com o patrimônio deve-se analisar também o espaço e a relevância ocupada na cidade, no seu entorno, na prática social existente da sociedade delmirenses, pois a referida capela da vila, ou “igrejinha da Vila” apresenta-se como um aglomerado de significações e imaginários que sustentam as práticas e representações atribuídas ao uso deste patrimônio em seu contexto.

Dessa forma, recriar, interpretar, desvendar as relações forjadas, construídas com o patrimônio cultural, é compreender a gama de significações e simbolismos advindas das relações de afeto e das práticas sociais que são articuladas entre o sujeito e o patrimônio histórico-cultural (MARINA LEÃO, 2009, p.14).

Ainda nessa discussão, é preciso compreender que a noção de patrimônio, é algo muito abrangente, mas que podemos compreendê-lo como sendo um conjunto de bens materiais e imateriais pertencentes a indivíduos, circundado de algum valor, seja econômico ou sentimental, no nosso caso específico, estamos falando de um valor que é sentimental, dada a relevância memorialista atribuída ao objeto, bem como as relações forjadas posteriormente e anteriormente a construção da “igrejinha da vila”.

A ideia de patrimônio (material ou imaterial) como objetos da memória e da história que carregam em si as marcas do tempo, forjando identidades a partir das relações construídas, como testemunhas dos processos de transformações que ocorrem na cidade, no meio em que habitam.

Nos últimos anos tem crescido consideravelmente o interesse de pesquisadores, acerca do Patrimônio Cultural, contribuindo para a percepção de valores culturais e

representações sociais. O interesse pela referida temática ganha amplitude ao passo que o processo de globalização se expande, o que acarreta no medo da perda de identidades, de memórias locais, que fazem parte de alguma maneira da criação da identidade de cada cidade, bem como da sociedade local em seus múltiplos aspectos (SANTOS, 2014, p. 10).

Vale salientar, que a escolha da referida igreja, neste caso, um templo católico, é pessoal, sobretudo, neste período comemorativo para a comunidade católica, em que celebram os 100 anos de construção da “igrejinha da vila”, sem deixar de perceber as relações que são construídas antes da construção desse templo e após sua construção, assim, o sentido atribuído a essa pesquisa, na possibilidade de propor, por meio da educação patrimonial, um estudo desse objeto, é permitir compreender os nexos que são construídos, a dinâmica que é formada e o sentimento de pertencimento que os grupos sociais travam com este elemento social, visando contribuir para com os estudos acerca das memórias da cidade.

Não obstante, é preciso destacar, que o objetivo deste trabalho não é relacionar as pessoas com a igreja católica, mas sim procurar compreender a vivência dos sujeitos, dos agentes sociais, tanto os que frequentam a capela, quanto os que apenas utilizam-se do espaço em que a referida está construída, que é a Praça Nossa Senhora do Rosário, que é um dos espaços da cidade mais visitados, sejam em períodos festivos ou não, diversos estabelecimentos comerciais estão circunscritos a este espaço, e se apropriam desse recinto de diferentes formas, não necessariamente apenas como um lugar no todo religioso, mas também um ambiente de vivências sociais e experiências pessoais múltiplas.

Portanto, objetivando contribuir com o enriquecimento do trabalho traremos fotos antigas, bem como fotos atuais da igreja, e das relações que são construídas no espaço denominado Praça Nossa Senhora do Rosário, bem como procura-se por meio de um trabalho pedagógico observar os sujeitos sociais, que circundam este objeto.

### **3.2 - A igrejinha construída no Distrito de Vila da Pedra: Um breve histórico**

A partir dessa reflexão poderemos compreender a dinâmica que impulsionou o vicejar do lugarejo denominado de Vila da Pedra, que mais à frente deu origem a, hoje cidade de Delmiro Gouveia, localizada no Sertão alagoano.

A capela da Vila, ou como é conhecida “Igrejinha da Vila”, é um templo católico, que fora inaugurado em 1918, entre agosto e outubro daquele ano, não há uma precisão



de datas, visto não ter sido encontrado, até o momento nenhum registro específico sobre isso. Neste ano de 2018 estará completando cem anos de inauguração e entrega a comunidade católica de Delmiro Gouveia (Alagoas).

A comunidade católica do então Distrito de Vila da Pedra, tem seu primeiro templo religioso católico inaugurado cerca de um ano após o assassinato do empresário, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, em 10 de outubro de 1917, que tivera se fixado no lugarejo desde de 1903. Apenas em 1918, no período de comemorações festivas da comunidade, é inaugurado o templo católico.

Convém destacar que a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário somente será criada de fato em 1951, ano em que a comunidade religiosa se torna paróquia sendo desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca (Alagoas), passando a ter um padre residente (BARROS, 2014), o que amplia os trabalhos religiosos de cunho católico que passam a ser desenvolvidos na comunidade, fomentando a criação de diversos movimentos religiosos.

O início da construção da Capela da Vila, no então Distrito de Vila da Pedra se dá em 1917 a pedido da senhora Mariêta Iona, esposa do italiano Lionelo, que era sócio de Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (NASCIMENTO, 2001, p. 05), visto que enquanto o empresário Delmiro Augusto da Cruz Gouveia esteve vivo nas terras do Distrito de Vila da Pedra, não foi criado nenhum templo religioso, apenas em 25 de dezembro é que o pároco de Água Branca (Alagoas), vinha presidir a missa na escadaria da fábrica. Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, primava pela atividade laboral nas terras do Distrito de Vila da Pedra (GONÇALVES, 2014, p.21-22). Mariêta Iona desejava, por devoção, construir uma capela no então Distrito da Vila da Pedra.

Vale salientar, que na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, existia uma confraria<sup>8</sup> denominada de Confraria do Rosário, que era formada por diversos membros da comunidade católica do lugarejo, que também transitavam no distrito de Vila da Pedra, o que nos leva a constatar, já haver uma devoção a referida Santa Católica por habitantes do Distrito da Vila da Pedra anterior a construção da igreja no próprio local (CONCEIÇÃO – Livro de Tombo, 1920, p.25-27).

A Igrejinha da Vila foi construída atrás da fábrica de tecidos, a Fábrica da Pedra, e circundada pela Vila de Trabalhadores, e ainda conforme registro no Livro de Tombo da Paróquia de Água Branca, direcionada para o Rio São Francisco, importante meio de

---

<sup>8</sup> O termo confraria refere-se a uma associação que funciona com princípios religiosos e realizam atividades caritativas, e ou assistenciais.

sobrevivência e de estímulo desenvolvimentista da região (Livro de Tombo, Água Branca, CONCEIÇÃO, 1922, p. 35).

A Fábrica da Pedra já estava atuando desde 06 de junho de 1914, e a construção da capela ocorre com o patrocínio direto da indústria de tecidos do Distrito da Vila da Pedra. A finalização das obras da “Capela da Vila Operária”, como também era referida à época, ocorre em 1918. Nesse período chega da Itália a imagem símbolo da fé católica da cidade, que é Padroeira Nossa Senhora do Rosário presente ainda hoje no altar da capela (NASCIMENTO, 2001), tal símbolo possui um significado específico para aqueles que fazem parte do grupo católico da cidade.



Foto: Procissão com a Imagem de Nossa Senhora do Rosário -1951.

Acervo: Álbum de fotos da Igreja Matriz

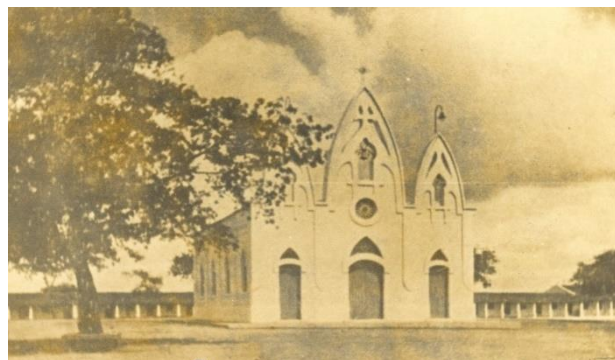


Foto: Capela em 1920

Acervo: Álbum da Matriz

Nas fotos acima, são apresentadas a primeira procissão com a imagem de Nossa Senhora do Rosário em 1951, ano de criação da Paróquia<sup>9</sup>, e na foto ao lado vemos a Capela da Vila em 1920, momentos depois de sua inauguração e entrega a comunidade católica.

Convém frisar, que por diversos anos, especialmente até 2011, os produtores de eventos do município, utilizavam-se do termo “Festa da Padroeira” para referir-se à divulgação dos festejos locais, sobretudo, a apresentação de grupos musicais que se apresentavam na cidade durante os festejos católicos do mês de outubro.

Somente em 2011, é que o então pároco, o Padre José Aparecido da Silva decide proibir o uso da expressão “Festa da Padroeira” ao referir-se à divulgação dos festejos

<sup>9</sup>Em 30 de março de 1951, é criada a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, do Distrito de Vila da Pedra, desmembrando-se em seu aspecto religioso da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca (Alagoas).

não religiosos da cidade, a partir daí passou-se a utilizar para divulgação das apresentações musicais, durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a expressão “Festa de Outubro”. Assim, podemos perceber, a forma de relação variada com o mesmo elemento da cultura local.

O momento festivo da comunidade local, a qual ainda era ligada a cidade de Água Branca, coincide com a inauguração da capela da vila. A imagem vinda da Itália chega ao Distrito de Vila da Pedra no Trem Maria Fumaça, e é recepcionada pela comunidade católica, que leva a Imagem de Nossa Senhora do Rosário até a Capela da Vila, num carro de boi, recebida com devoção e festa pela comunidade católica (NASCIMENTO, 2001, p. 8).

A partir daquele momento a Igreja da Vila Operária passa a ser o Santuário dos Operários e do povo católico do Distrito da Vila da Pedra, que passará a ser cidade e ter o nome de Delmiro Gouveia somente em 14 de fevereiro de 1954 com a emancipação política, tornando-se cidade desmembrando-se administrativamente da cidade de Água Branca (BARROS, 2014).

Nesse sentido, é importante destacar que a “Igrejinha da Vila” nasce rodeada por uma comunidade pequena, de um povo de fé, que vivia expressões católicas desde a ligação com a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca.

Dessa forma, o símbolo de fé do catolicismo em Delmiro Gouveia (Alagoas) é a Capela da Vila, e tanto a Capela quanto a Fábrica de Tecidos passam a ser referências para o então Distrito de Vila da Pedra, cabe destacar que nesse espaço denominado de Vila da Pedra, já existia um número expressivo de pessoas que eram trabalhadores da Fábrica da Pedra, que na época denominava-se Companhia Agro Fabril Mercantil. As casas que aí existiam eram os locais onde os operários residiam, o lugarejo já possuía água encanada e luz elétrica (GONÇALVES, 2010, p. 30).



Foto: Companhia Agro-Fabril Mercantil – 1914  
Acervo: Blog Amigos de Delmiro – 2011.



Foto: Vila da Pedra - 1920  
Acervo: Blog Amigo de Delmiro - 2011

Sendo assim, a criação da Capela da Vila em 1918 e a criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário em 30 de março de 1951, desmembrando-a da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca tem uma forte ligação com o desenvolvimento da localidade a partir da indústria de tecidos, recebendo posteriormente o nome de Delmiro Gouveia.

Desta feita, por muitos anos, cerca de 60 anos, a Capela da Vila Operária ficou sendo a Igreja Matriz para a comunidade católica, pois somente em 28 de novembro de 1978 é que é inaugurada a nova sede paroquial referência para o catolicismo da comunidade. Até aquele ano, sobretudo, desde 1951, missas, casamentos e batizados ocorriam na “Igrejinha da Vila” e não apenas em Água Branca, que até 1951 era a Sede Paroquial, a qual pertencia o Distrito de Vila da Pedra.

A Festa da Padroeira, somente é criada de fato, a partir da concepção da Paróquia, que na ocasião é empossado o primeiro pároco do Distrito de Vila da Pedra, o Padre Fernando Soares Vieira, que permaneceu junto à comunidade por 54 anos, mas 30 anos de efetivo exercício pastoral, veio a falecer no município de Delmiro Gouveia (Alagoas) em 09 de outubro de 1999, sendo sepultado na Igreja Matriz que ajudou a construir. Cabe salientar a presença de inúmeros grupos de ação religiosa, como a Legião de Maria, que foi um dos primeiros grupos formados na comunidade, antes mesmo de torna-se paróquia, tendo importância fundamental, no processo de construção da nova Sede, da nova Igreja Matriz Católica do município.

Até os dias de hoje, o Padre Fernando Soares Vieira, é lembrado por toda a comunidade católica, pelo seu trabalho, sua preocupação com a vida de seus paroquianos, além de figuras como Argemiro Batalha, poeta e artista da comunidade, trabalhava com o teatro, a presença das freiras, irmã Lourdes, Margarida, as quais exerceram trabalhos de

catequese em diversos lugares da comunidade, cabe salientar a ausência das memórias, de registros de diversos sujeitos que se relacionaram com a comunidade paroquial, não apenas em âmbito católico, mas nas diversas relações que são construídas para além da ideia do símbolo religioso.

O Padre Fernando Soares Vieira, em seus registros no livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Delmiro Gouveia (Alagoas), mostrou-se preocupado com a necessidade de acolhida daqueles menos favorecidos, além de frisar a importância de se viver um cristianismo acolhedor, compreensivo e que principalmente lute pelo respeito e pelo bem de todos ( Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do ROSÁRIO, 1951, p. 06)

O Distrito de Vila da Pedra, torna-se município apenas, em 14 de fevereiro de 1954, por meio de um Projeto de Lei do Deputado Estadual Mário de Siqueira Torres, sancionado pelo governador da época, Arnon de Mello. Sendo assim, o Distrito da Vila da Pedra é emancipado, tornando-se cidade, e, passa a ser denominado de Delmiro Gouveia (NASCIMENTO, 2001, p. 3).

Desta feita, a paróquia é criada antes da emancipação do distrito e fica sob os cuidados pastorais do Padre Fernando Soares Vieira e do município de Água Branca que tem como Sede Paroquial, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição.

Nesse período, precisamente em 1953 é dado início a construção do novo templo católico, que seria a nova Igreja Matriz, no entanto, as dificuldades financeiras atrasaram a conclusão das obras, a qual somente é entregue a população católica em 28 de novembro de 1978, ano em que se comemorava os 50 anos de sacerdócio do Padre Fernando Soares Vieira. Em uma festiva solenidade religiosa é entregue a comunidade católica, o novo templo religioso, que passaria a ser a Igreja Matriz da cidade de Delmiro Gouveia, no sertão alagoano.

Após a criação da nova Igreja Matriz, a capela da Vila continuou sendo cuidada e zelada pela comunidade católica, e principalmente pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, seus padres e demais administradores, com o apoio direto dos membros do catolicismo delmirenses. As missas na referida capela passaram a ser realizadas as quintas e sábados, no horário noturno. A Festa da Padroeira, desde a sua primeira edição efetiva, ocorre na frente da Capela da Vila, como importante ponto da fé católica da comunidade, que todos os anos no mês de outubro, acorria àquele espaço para festejar solenemente a Padroeira Nossa Senhora do Rosário de acordo com a visão do catolicismo existente.

Nisto reside a necessidade de um trabalho pedagógico, que vise rememorar os diversos sujeitos, agentes sociais, que foram, tiveram relevância significativa na dinâmica histórica de envolvimento com o espaço e de construção de relações sociais, aqui destaco a importância dos grupos de Terços, os quais foram estimulados na comunidade católica em 2006, hoje totalizando cerca de 600 participantes, que se reúnem para a recitação e para ações sociais, nas comunidades menos favorecidas da cidade, onde a instituição não chega, esses homens e mulheres em seu anonimato exercem um trabalho de acolhida, atenção e respeito muito necessário nos dias atuais, nas zonas periféricas da cidade.

Além da Pastoral da Criança, que possui mais de 30 anos de criação, e que atende cerca de 1000 crianças em toda área urbana e rural da cidade de Delmiro Gouveia, no Sertão Alagoano, são vozes que estão presentes na comunidade, que exercem um papel significativo, para além da ideia apenas do padre, e diversas expressões de jovens, que buscam viver o seu modo de crer as luzes da mensagem cristã-católica propagadas nas terras delmirenses ao longo desses cem anos.

Assim, dentro da proposta da Educação Patrimonial a partir do ensino de História, é possível percorrer caminhos que auxiliarão na compreensão da dinâmica existente, das relações sociais neste espaço, nesse dinamismo histórico, dos núcleos que surgiram ao redor, as representações, emoções e reações desenvolvidas nesse cenário social, como a realização de casamentos comunitários, que todos os anos são desenvolvidos na referida capela ( Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do ROSÁRIO, 1951, p. 22), além de eventos religiosos católicos, que ocorrem semanalmente no interior da capela, como missas e encontros de movimentos católicos, Terço dos homens, Mãe Rainha, Renovação Carismática e Legião de Maria, tendo um significado específico para a comunidade católica local.

Durante os festejos católicos da cidade, sobretudo, no período de outubro, em que se comemora a festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário, toda uma rede de pequenos comerciantes é formada ao redor da praça, ambulantes, mesas de bingos, parque de diversões e demais estabelecimentos comerciais ampliam suas vendas durante esses festejos. Além do referido espaço ser também a praça de eventos da cidade.

As principais festas populares da comunidade, são feitas nesse espaço, sendo um local de múltiplas vivências não apenas dentro da capela, mas em seu entorno, por isso torna-a uma referência na cidade, não apenas para a comunidade católica, mas também para os diversos agentes sociais, que se relacionam neste espaço modelando identidades e forjando subjetividades, daí a importância da inserção dessa temática num projeto

pedagógico que se discuta e analise aspectos da história local, da sertaneja cidade de Delmiro Gouveia em Alagoas.

Por isso, observar a dinâmica histórica que possibilitou a construção desse templo, bem como as relações forjadas nesse espaço, dentro de um projeto pedagógico voltado para a Educação Patrimonial, é antes de mais nada procurar identificar que tipos de conexões e sentidos são modelados a partir da vivência neste entorno, inserido dentro da cidade, que se desenvolve firmada nos princípios do trabalho, a partir da indústria tecidos. Denominada primeiro de Companhia Agro Fabril Mercantil e posteriormente de Fábrica da Pedra (LIMA, 2013, p. 60)

### **3.2 – Exercitando os encontros: uma fonte, a igrejinha da vila; uma metodologia, a educação patrimonial**

O diálogo entre ensino de História e Educação Patrimonial, postas em análise anterior, nos permitiram compreender um pouco da dinâmica existente nessa relação, inserido dentro do processo de construção de subjetividades no cenário educacional, por meio do direcionamento na aplicação teórica por meio da vivência no cotidiano escolar.

Assim, o trabalho educacional centrado na perspectiva do Patrimônio Cultural a partir das evidências e manifestações da cultura (Grunberg e Horta, 2012), entre as diversas expressões, para proposta de aplicação metodológica, destacamos em nosso parecer a centenária “Igrejinha da Vila”, de relevante significação para a população local, em especial para os adeptos da visão religiosa católica, sendo necessário compreender o entorno, em que é construído o cenário religioso e social da comunidade, as múltiplas vivências e relações construídas com este espaço..

É nesse percurso reflexivo, que a observação acerca das experiências individuais e coletivas, por meio do contato direto com as evidências e as manifestações da cultura, deverão nos levar a compreender os aspectos, sentidos e significados desse Patrimônio Cultural para a sociedade local, em especial a cidade de Delmiro Gouveia, localizada no Sertão Alagoano.

Assim, por meio do diálogo permanente estimulado pelo processo de ensino na interação entre as comunidades, sujeitos envolvidos e agentes responsáveis pelo estudo e cuidado dos espaços, que vise a formação de parcerias para a valorização e preservação dos bens culturais, no nosso caso, foco de nossa proposta pedagógica, a centenária

“Igrejinha da Vila”, objetivando compreender as relações construídas para além do aspecto religioso, ou seja, as evidências materiais, da manifestação cultural neste espaço.

Dessa forma, propomos uma atividade pedagógica que gere possibilidades de análises para compreensão da dinâmica histórica forjada nesse espaço, enquanto um espaço das múltiplas ações e manifestações sociais, o que o caracteriza como centro histórico urbano (Grumberg e Horta, 2012).

Nesse trajeto, de análise social, histórica, política e econômica, que permeiam o entorno da “Igrejinha da Vila”, estamos propondo como reflexão e interrogação no trato pedagógico, não apenas a compreensão do dito espaço histórico, ou Patrimônio Cultural Material, mas também o Patrimônio Vivo, que é construído nesse entorno, presente nas mais diversas manifestações e expressões que circundam este templo religioso, nas festividades religiosas ou populares da comunidade, especificamente a comunidade católica, que agrega um sentido ou sentimento diferenciado no que diz respeito ao objeto em questão, direcionada para com os fenômenos presentes nas relações sociais e familiares que se constroem na dinâmica social e interativa dos sujeitos em seus espaços.

Sendo assim, Grunberg e Horta, em seu Guia sobre Educação Patrimonial, 2012, nos levará a compreender a Educação Patrimonial como:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (GRUNBERG E HORTA, 2012, p.08).

É preciso perceber que a rede de relações que são criadas em um contexto histórico, produz sentidos e significados, que partem desse conjunto que é difundido em sociedade, conforme nos diz Grunberg e Horta (2012), é um processo constante de continuidade, transformação e reutilização dentro de uma perspectiva pedagógica que contemple o ensino de história no diálogo com a Educação Patrimonial.

Sendo assim, a educação patrimonial pode conduzir a partir da prática pedagógica a manusear, utilizar os vários objetos culturais no dia a dia na experiência escolar como peça fundamental para desenvolver o currículo escolar e não apenas servir de mera exposição, mas, para tanto, se faz necessário que o estudante possa, mediante o debate, gerar compreensão e conhecimento, por meio do manuseio e da observação de um dado



objeto, que vise entender o contexto social que possibilita a criação, bem como os significados atribuídos a ele.

Portanto, o trabalho com a Educação Patrimonial tem como meta provocar situações de aprendizagem, sobre o processo cultural e as relações que o constituem em seus objetos de manifestações, com o intuito de possibilitar a resolução de questões significativas sobre a vida pessoal e coletiva da comunidade e da vida dos alunos, suas vivências e suas relações, para possibilitar a sensibilidade dos envolvidos no tocante a preservação dos espaços e bens culturais. É importante frisar que cada objeto da cultura traz em si múltiplos aspectos e significados, o que implica na geração de diversos focos de abordagem para com a realidade cultural.

### **3.3 – “Pedagogizando” um bem patrimonial: sensibilizando o olhar para os usos, sentidos e sentimentos das comunidades delmirenses em torno da igreja da Vila**

Essa proposta pedagógica, de cunho educacional, foi pensada para a disciplina de História, sobretudo, nas turmas de 8º Ano e 9º Ano do Ensino Fundamental, direcionando as discussões para compreensão da História Geral, partindo das experiências locais, inseridos na chamada História Contemporânea, em História da República e industrialização no Brasil, pois a partir daí é possível analisar este bem patrimonial, o espaço em que está posto e problematizar por meio de um olhar crítico as relações que são construídas e as subjetividades forjadas nessa dinâmica histórica, na cidade de Delmiro Gouveia contemplando o acervo patrimonial do município e as dimensões da cultura local.

Nisto reside a relevância desta proposta, como já mencionado, não objetiva a elaboração fixa, mas a possibilidade de a partir desse elemento criar caminhos didático-discursivos, que viabilizem a reflexão das conexões construídas a partir das memórias que circundam a centenária “Igrejinha da Vila”. Dessa forma, compreendemos que é dever do educador, problematizar a realidade por meio de práticas pedagógicas que gere a pluralização e a resignificação das linguagens, discursos e memórias, sendo a escola um espaço propício a este trabalho, no entanto sabemos que a mesma não tem conseguido lograr êxito nessa demanda, seja por problemas de cunho pedagógico ou estruturais, daí a necessidade de refletirmos acerca dessa realidade e desafios postos no cenário socio-educacional.

Assim, concebemos um ensino que dialogue com a experiência extraescolar, na observância de espaços, vivências e relações cotidianas, que perpassam a dinâmica social existente, e assim não vemos o espaço, neste caso, a “igrejinha da vila”, apenas em seu aspecto arquitetônico, o “patrimônio de pedra e cal”, mas como espaços de memórias, que nos permita entender as múltiplas relações que são construídas nesse ambiente. Por isso, buscaremos conhecer os lugares de memórias, as relações e dinâmica construída com a Centenária “Igrejinha da Vila” e o espaço denominado Praça Nossa Senhora do Rosário, como meios privilegiados de vivência sociais significativas na cidade de Delmiro Gouveia, no sertão alagoano.

Por meio de uma proposta interdisciplinar que aproxime as áreas de História, Geografia, Língua Portuguesa e Ensino Religioso, tal parceria será necessária para a construção do conhecimento junto aos alunos, bem como demais apoios logísticos para a realização da referida proposta pedagógica. Sendo assim, é preciso compreender que tal elemento é uma referência histórico-cultural de um povo, instrumento da memória coletiva, jamais podendo ser estudado de modo isolado, devendo ser observado em seu contexto histórico social ao longo do tempo (Grunberg, Monteiro e Horta, 2012, p.17).

Dessa forma, a referida proposta tem como objetivo a problematização da concepção tradicional sobre patrimônio, afim de construir novos referenciais para pensar os espaços de memórias visitados que possibilitem a construção significativa e democrática do conhecimento.

Para tanto, alguns percursos se farão necessários para a execução da proposta, por isso, é imprescindível discutir com os alunos os conceitos de cultura, patrimônio cultural, lugares da memória, por meio da metodologia da educação patrimonial, confrontando as representações a partir de imagens, discursos, memórias e representações sociais que circundam o citado espaço, e ao final possamos avaliar conjuntamente a atividade por meio da exposição didática na escola a partir dos resultados obtidos.

Vale frisar, que nesta proposta didática não estamos dando um direcionamento fixo para o desenrolar da atividade didática, a partir da educação patrimonial, mas sim um possível recurso que pode ser discutido com a equipe de planejamento e execução a melhor forma de utilizá-lo, de tal modo que seja dado espaço para o uso de diversas outras fontes, elementos didáticos entre outros, sempre com o intuito de problematizar as realidades que nos são postas, de forma a sistematizar o debate e a reflexão da proposta didática.

No percurso a ser trilhado no desenvolvimento da atividade pedagógica, sempre com o intuito de possibilitar o diálogo com as demais áreas do conhecimento, em especial as ciências humanas e linguagens, que são campos de diálogos na execução pedagógica.

Para o êxito da atividade, a proposta a ser executada necessitará de encontros que ocorrerão ao longo do bimestre e/ou semestre para ao final realizar uma exposição, após um período de coleta de informações e reflexões acerca do objeto em questão para a comunidade escolar. Ressaltamos que tais ideias podem ser discutidas e replanejadas com a equipe que se responsabilizará pela execução da proposta.

Os encontros ocorreriam no ambiente escolar, em que na ocasião dar-se-ia aprofundamento teórico dos elementos e questões propostas para enriquecer as atividades a serem realizadas.

Algumas questões devem nortear o olhar investigativo, na elaboração da atividade voltada para a educação patrimonial, objetivando compreender a comunidade, o entorno, bem como os problemas que afetam os diversos sujeitos em seu espaço social. Questões como “Quem eram os principais sujeitos que habitavam este lugar antes da construção da “igrejinha da vila?” As casas no entorno da chamada vila operária foram substituídas?” Quais as mudanças que a construção desse templo religioso provocou na vida comunitária?” Quais foram os primeiros a trabalhar na construção da “igrejinha da vila?” O que se perde e o que se ganha com isso?”.

Essas interrogações ultrapassam os limites do currículo escolar, estimulando os estudantes a desenvolver o senso crítico por meio da formulação de hipóteses e a proposição de soluções, o que contribui significativamente para o fortalecimento da cidadania e da ideia de pertencimento. São apenas sugestões apresentadas, mas compreendemos que cada professor, em cada etapa a ser trabalhada tem uma maneira diferente de uso dos edifícios, conjuntos arquitetônicos, ruas e outros espaços da cidade.

Nisto, compreendemos que desenvolver esse olhar crítico, não é uma tarefa tão simples, sendo assim, se faz necessária a discussão e a sensibilização a partir das fontes colhidas e do debate teórico, o que requer tempo prática e esforço, daí a importância de ser uma proposta a ser pensada, amadurecida e executada ao longo do bimestre e/ou semestre por meio da utilização de exercícios e tarefas a partir dos relatos de experiência e das fontes visuais que externem manifestações da experiência humana no tempo e espaço.

As fontes a serem observadas, no percurso teórico sobre a centenária “igrejinha da vila”, é a busca de fotos antigas, fotos atuais, livros de tombo da igreja, da paróquia, inventários, além da possibilidade de relatos de experiência de moradores da comunidade e do entorno, nas diversas formas de se relacionar com o objeto em questão, assim, se faz necessário todo um refinamento conceitual, que permita compreender a dinâmica dessas relações no espaço discutido. Por isso, os encontros preparatórios são cruciais para o afunilamento das questões múltiplas que circundam as experiências extraescolares.

**No primeiro encontro**, a equipe escolhida e responsável para a execução da proposta, percorrerá um trajeto que discuta os lugares de memórias que circundam a centenária “igrejinha da vila”, com o intuito de preparar para a primeira aula de campo, nesse sentido, já seria esboçado as primeiras inquietações que gerariam elementos reflexivos para o percurso didático.

**No segundo encontro**, ocorreria a primeira visita de campo, com os alunos, a fim de que possam observar a centenária “igrejinha da vila”, seu entorno a partir dos vínculos que são forjados no espaço. Ainda nesse encontro ocorreria o contato com os moradores da comunidade.

**No terceiro encontro**, em sala de aula, no ambiente escolar, seria dedicado a discussão e sistematização dos dados obtidos e das observações feitas no primeiro contato com o objeto em questão.

**No quarto encontro**, balizado pelas discussões e reflexões feitas nos encontros anteriores problematizaria os valores e crenças observadas na visita, tudo isso com o intuito de preparar para a próxima aula de campo.

**No quinto encontro**, ocorreria a visita, a aula de campo, objetivando compreender de que forma, os moradores se relacionam com o espaço, nas relações cotidianas, os sujeitos envolvidos nesse processo.

**No sexto encontro**, o qual ocorrerá no ambiente escolar, será o momento de mais uma vez discutir os dados obtidos, as informações e fontes colhidas para assim, no sétimo encontro realizar com a comunidade escolar uma exposição desses dados, de modo didático, afim de externar para a coletividade um pouco da história desse elemento social, no fim, com os alunos produzir um material que divulgue para a sociedade, os resultados dessa proposta.

Nas visitas a serem desenvolvidas, os alunos e os professores devem ter clareza do que vão observar, da forma como irão se relacionar com o objeto em foco, ou seja, um breve roteiro de visita que norteará todo o trabalho a ser construído, além de auxiliar nas discussões sobre conservação e mudanças ocorridas no espaço, bem como de que forma isso impactou na vida da comunidade.

**Sugestão de expressões que podem ser verificadas pelos alunos:**

- Que edifícios chamam a atenção nesse entorno? Quais transformações a Centenária “igrejinha da vila” vivenciou?
- Quais as casas mais antigas, os estabelecimentos, há algo em comum entre eles?
- Identificar os mais novos, modernos, e se tem a presença da manutenção de algum traço do tempo pretérito.
- Procurar perceber as mudanças, tanto na “igrejinha da vila” quanto no entorno do espaço. Essas inquietações levam a discutir as motivações que possibilitaram essas transformações.
- Observar detalhes nos edifícios que suscitem dicas sobre os moradores, ou seja, se são ricos ou pobres, jovens ou idosos, quais interesses possuem, o que o nome dos estabelecimentos comerciais que circundam este espaço pode revelar?
- O espaço está bem cuidado? Há lixo? A “igrejinha da vila” é aberta à visita em horário comercial?

Durante este trabalho, é importante deixar que os alunos desenvolvam suas observações e interesses próprios, bem como os relatos e histórias sobre o lugar, e em sala de aula promover o relato das experiências para todos os alunos, de tal forma a possibilitar a construção de um conhecimento que o auxilie a entender melhor sua cidade, seu espaço social.

Esta atividade, sobretudo, as aulas de campo, podem levar os alunos a produzir uma série de fotografias, dispositivos, áudios, vídeos entre outros que venham contribuir na reflexão sobre as observações e experiência vivenciadas.

Para isso requer uma atenção diferenciada no processo de edição e diferenciação dessas imagens, para não cair apenas na pura exposição, mas que leve os alunos a compreender os sentidos de pertencimento, a dinâmica das relações construídas no espaço e com o espaço, sobretudo, com a centenária “Igrejinha da Vila”.

O tema dependerá do direcionamento dado no trato pedagógico, neste caso específico tratar-se-á de compreender os lugares de memórias a partir da centenária “igrejinha da vila”, no processo de educação patrimonial por meio do ensino de história, nisto reside a importância de se buscar fontes que auxiliem na elaboração desse conhecimento.

Por isso, a utilização de uma ficha de roteirização de visita ao patrimônio se faz necessária, apresentaremos a partir das discussões trazidas sobre o Guia da Educação Patrimonial (Grunberg e Horta, 2012) **um modelo dessa ficha a seguir:**

## FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

### LOCALIZAÇÃO

Monumento \_\_\_\_\_  
 Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
 Bairro \_\_\_\_\_  
 Área rural ( ) Área urbana ( )

.....  
 Alimentação ( ) quais?

.....  
 Lazer ( ) quais?

.....  
 Castigos ( ) quais?

### CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO

Antigo ( ) Moderno ( )

Foi modificado? Sim não  
 No volume? ( ) ( )  
 Nas janelas? ( ) ( )  
 Nas portas? ( ) ( )  
 No telhado? ( ) ( )  
 Em outros lugares? ( ) ( )

Nº de pavimentos \_\_\_\_\_  
 Acréscimos ( ) Demolição ( )

Outras? (especifique)

.....  
 .....

### USO DO EDIFÍCIO

Residencial ( ) Comercial ( )  
 Público ( ) Trabalho ( )  
 Religioso ( ) Lazer ( )  
 Misto ( )

### ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Em ruínas ( ) em mau estado ( )  
 Regular ( ) em bom estado ( )

Nº de cômodos: \_\_\_\_\_

### MEDIDAS DAS ÁREAS (em metros quadrados):

Cômodo 1..... Cômodo 2.....  
 Cômodo 3..... Cômodo 4.....  
 Cômodo 5..... Cômodo 6.....

Objetos encontrados no edifício:  
 Decorativos ( ) Quais?

.....

Trabalho ( ) quais?

.....

Religiosos ( ) quais?

**Dados do edifício (a partir de informações colhidas durante a visita com moradores, vizinhos ou pedestres):**

.....  
 .....

Importância do edifício para a comunidade que o circunda

.....  
 .....

Importância do edifício para a história local

.....  
 .....

O que pode ser feito para preservá-lo?

.....  
 .....

Obs.: pesquise em livros e na internet mais informações sobre a história do edifício que visitamos hoje. Tente descobrir se ele está protegido por alguma lei.

### DADOS DO PESQUISADOR:

Nome:.....

Escola.....

Série:..... Idade:.....

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizou uma análise teórica, perpassando as discussões sobre Ensino de história, a partir das possibilidades trazidas pela Educação Patrimonial, neste sentido, buscamos analisar a Centenária Igrejinha da Vila Operária, como um espaço de múltiplas experiências, significados e sentidos.

Por meio de uma proposta educativa, que seja fortalecida no aprendizado das relações extraescolares, em visitas a espaços alternativos à educação formal explorando-os como lugares de memórias e, em nosso caso, desconstruindo a concepção clássica dos monumentos consagrados pela concepção tradicional de história que privilegiou a cultura e sociabilidade hegemônica, nisto reside a relevância deste trabalho, que é a partir das memórias que circundam a centenária “igrejinha da vila” buscar compreender a dinâmica histórica das relações existentes.

Dessa forma, pensar o fazer pedagógico sobre a História por meio de uma proposta voltada para a educação patrimonial, é antes de mais nada, criar caminhos que tornem o diálogo entre o conhecimento científico e o histórico de modo a permitir a entender a construção coletiva, que socialize releituras sobre o patrimônio local e a história da cultura delmireense. O que desejamos foi estimular uma prática educativa significativa do saber histórico valorizando os saberes que os nossos alunos são portadores, dentro de seu contexto social.

Sendo assim, neste trabalho almejamos construir pontes entre os conceitos e o cotidiano dos educandos, traçando paralelos entre a construção de um sentimento de pertencimento, ou de proximidade com a diversidade cultural que compõe nossa história, com um olhar voltado para a Centenária “Igrejinha da Vila”, neste tempo em que se comemora cem anos de sua construção, assim a partir dessa ação pedagógica que esteja relacionada a educação patrimonial poderemos entender as manifestações sociais e culturais existentes neste espaço, neste entorno da Igrejinha da Vila Operária, bem como as memórias que circundam este espaço, promovendo um aprendizado prático, democrático e significativo utilizando os referenciais de lugares de memórias.

Desta feita, tendo por base a metodologia da Educação Patrimonial, pretendemos estimular uma prática interdisciplinar que contribua para ressignificar os sentidos atribuídos a este templo religioso, e seu entorno, identificando as possibilidades interpretativas existentes.



Portanto, a discussão sobre Ensino de História e Educação Patrimonial, partir da proposição de uma proposta didática sobre a Centenária “Igrejinha da Vila” exigiu um distanciamento pessoal para que assim pudéssemos compreender a dinâmica histórica existente presente na comunidade sertaneja em especial na cidade de Delmiro Gouveia de forma aberta e democrática. Em suma, essa é uma contribuição inicial para este objeto de estudo, nesta perspectiva didática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Os agentes populares. In: A Feira dos Mitos: **a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. Apresentação de Regina Horta Duarte. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 177-224.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Mitos de Origem. In: A Feira dos Mitos: **a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. Apresentação de Regina Horta Duarte. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 71-90.

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação; Associação brasileira de currículo. Ofício n.º 01/2015/GR. **Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. 2015**. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of\\_cio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf) Acessado em 22 de julho de 2018.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. “Ensino de História, Memória e História Local” In: **Revista da Universidade Salgado de Oliveira – Pernambuco – 2007**.

BARROS, José D’Assunção. “O projeto de pesquisa: Aspectos introdutórios”. **Revista Travessias, aspecto em Educação, Cultura, Linguagem e Arte**. nº 1, 2008, p. 1-12.  
BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-172.

BITTENCOUR, Circe. Org. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.

BLOC, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Tradução: André BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Memória do Sagrado: Estudos de religião e ritual**. Editora: Paulinas, 1985.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. – 1., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Coord. **Ensino de História**. – São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção ideias em ação).

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática na história. In: **Revista de História Regional 6(2)**. 93-112, Inverno 2001.

CHOAY, Françoise. A Consagração do Monumento Histórico. In: **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. – São Paulo: 288p. Cortez, 1996.

Domingues, J.E. O Currículo de História na Terceira Versão da BNCC. Fonte: **Ensinar História, 2015**. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/curriculo-de-historia-na-terceira-versao-da-bncc/>. Acessado em 06 de agosto de 2018.

FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

HALBWACCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Horn, Geraldo Balduino, Germinari, Geysa Dongley. **O ensino de História e seu currículo: teoria e método**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

ÍNDIOS, DIOCESE DE PALMEIRA DOS. **Anuário Informativo da Diocese de Palmeira dos Índios: 2011 e 2012**. Delmiro Gouveia/AL.

IRMÃO, José de Souza. **Fábrica da Pedra: 100 anos**. Maceió/AL. Edição Comemorativa. SG Ltda Maceió/AL.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. “Vidas por um fio, vidas entrelaçadas resgatando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais”. In: **Revista História & Perspectivas**. Uberlândia, (8): Jan/Jun. 1993, p.87-95.

LARAIA, R.B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

**Livro de Tombo 1 da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, ano 1951** (1951-2014). Delmiro Gouveia (Alagoas).

**Livro de Tombo 2 da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, ano 1920** (1910 – 1930). Água Branca (Alagoas).

MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 281-305.

MARTINS, Ismênia de Lima. **História e Ensino de História: Memória e Identidades Sociais**. In: **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Mauad X: FAPERJ, 2007. 13-21p.

MATOZZI, Ivo. Currículo de História e Educação para o Patrimônio. In: **Educação em Revista**. N. 47, p. 135-155, jun. 2008.

Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª séries)** - História. Brasília, 1998.

MIRANDA, Sonia Regina. **Sobre o Signo da Memória**: Cultura escolar, saberes docentes e História ensinada. São Paulo: Editora UNESP; Juiz de Fora: EDUFJF, 2007. 231p.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiro e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs). Ensino de História: **sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro. FAPERJ, 2007.

MOTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: **Novos domínios da história**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-35.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. **Livro Comemorativo dos 50 anos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**. Delmiro Gouveia/AL, 2001.

NASCIMENTO, Luana Maciel do. Ensino de História dos anos iniciais e a Base Nacional Comum Curricular: A falsa ideia de harmonia entre os povos. **Revista P@rtes**. São Paulo, 2017. Disponível em: [www.partes.com.br/2018/05/16/ensino-de-historia-dos-anos-iniciais-e-a-base-nacional-comum-curricular-a-falsa-ideia-de-harmonia-entre-os-povos/](http://www.partes.com.br/2018/05/16/ensino-de-historia-dos-anos-iniciais-e-a-base-nacional-comum-curricular-a-falsa-ideia-de-harmonia-entre-os-povos/) Acessado em 10 de agosto de 2018.

NETO, José Batista e SANTIAGO, Eliete (Orgs). **Formação de professores e a prática pedagógica**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2006.

**Notícias da Diocese**: Blog da Diocese de Palmeira dos Índios.

ORIÁ, Ricardo. “Memória e Ensino de História”. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 2003, p.128 – 147.

OTTO, Clarícia. **Nos rastros da memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: **ações educativas em museu e o ensino de história**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 30, n. 60, p. 143-154 – 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. Org. **Fontes Históricas**. 2ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. Org. **Novos temas nas aulas de História**. 2.ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.

**Portal Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**: [www.cnbbne2.com.br](http://www.cnbbne2.com.br).

**Portal de Notícias do Sertão, Maltanet** - [www.portalmaltanet.com.br](http://www.portalmaltanet.com.br).

REDE, Marcelo. História e Cultura material. In: **Novos domínios da história**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 133-150.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. “Problematizando a organização do ensino de História”. In: **Problematizando o Ensino de História**. Anpuh 2003.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. **O lugar da linguagem no Ensino de História**. Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ROSÁRIO, PAROQUIA NOSSA SENHORA DO. **Acervo de fotografias da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário**. Ano 1918 – 1951.

SANTOS, Jocimara Patrícia. Memória e Patrimônio Cultural de Vitória, ES: **um estudo sobre as igrejas católicas do centro da cidade**. (Monografia). Vitória, Universidade Federal do Espírito Santos, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica** Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. – São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “A formação do professor de História e o Cotidiano da Sala de Aula”. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8 ed. – São Paulo: Contexto, 2003, p. 54-65.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007.

**Retirado de: Site de notícias e informações da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário** [www.paroquiansdorosario.com.br](http://www.paroquiansdorosario.com.br). Acessado em 22/07/2013.